

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 18

HISTÓRIA • MEMÓRIA • NAÇÃO



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1996

PORTUGAL AGRÍCOLA OU INDUSTRIAL? Contornos de urna polémica e suas repercussões no desenvolvimento (Sécs. XIX-XX)

O tema em epígrafe vem já de longa data, na História de Portugal. Com efeito, ele prende-se não só com a "luta" de José Acúrcio das Neves — nas primeiras décadas do séc. XIX —, em prol da industrialização, como com a expressão "monarquia agrária", de João Lúcio de Azevedo e, ainda, com as críticas a que deu azo. Recorde-se o que escreveu o autor das *Épocas de Portugal económico* (1929): "Excepto na faixa marítima, onde a pesca e cedo a navegação ocuparam as gentes, Portugal era um país de lavradores. O comércio externo constava de produtos da terra: azeite, cera, cortiça, mel, vinho e as peles, de que o gado e a copiosa fauna silvestre facultavam o material. Com intermitências, o que dependia dos anos de fartura ou escassez, a cevada e o trigo⁽¹⁾). Contudo, apesar das múltiplas referências ocasionais que lhe têm sido feitas e de alguns contributos já dados, trata-se de uma temática ainda não estudada, de forma sistemática e diacrónica, em especial segundo uma perspectiva de longo prazo.

No presente trabalho, dadas as suas características, o assunto não poderá ser tratado em toda a sua profundidade. Todavia, procurar-se-á: por um lado, equacioná-lo — abrangendo um período * 3

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

(1) J. Lúcio de Azevedo, *Épocas de Portugal económico. Esboços de história*, 3ª ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1973 (1ª ed., 1929), p. 17.

relativamente longo, de cerca de dois séculos —> tendo presentes as diversas facetas: económicas, tecnológicas, sociológicas, políticas e até culturais; por outro lado, não obstante se tratar de uma polémica nem sempre assumida como tal — por vezes, os autores limitam-se a aludir, de passagem, às perspectivas dos seus opositores —, focar-se-ão os contributos e motivações dos protagonistas mais destacados, sem esquecer alguns geralmente menos recordados. Por último, dada a responsabilidade — científica, literária e política — dos autores envolvidos, parece adequado interrogarmo-nos acerca das influências eventualmente exercidas sobre o(s) modelo(s) de desenvolvimento adoptado(s).

1. Agrarismo, Economia e Ideologia

1.1. Dos memorialistas da Academia a Oliveira Martins

As preferências agraristas, na sua modalidade fisiocrática, encontram-se patentes, entre outros, nos trabalhos dos memorialistas da Academia Real das Ciências de Lisboa, inclusive nas conhecidas *Memórias Económicas* (1789-1815)⁽²⁾.

Por seu lado, os protagonistas da Revolução Liberal de 1820 também dedicaram à agricultura uma especial atenção, pelo que as reformas que levaram a cabo — com destaque para a "revolução" legislativa de Mouzinho da Silveira — passaram, essencialmente, por aquela.

Entretanto, no domínio literário, o Romantismo viria a enaltecer a vida campestre, não só como actividade económica mas também como fonte de virtude. Um dos mais destacados intérpretes desta posição foi António Feliciano de Castilho, autor duma obra intitulada precisamente *Felicidade pela Agricultura* (1849). Aqui se pode ler: "As cidades, que affectam desprezar os campos, deles nasceram; por eles vivem e medram, que só lá têm as suas raizes. Transformam-se elas, envelhecem, amesquinham-se, doidejam, morrem e esquecem; enquanto eles, os campos, permanecem, riem, amam, dão e prometem

⁽²⁾ *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, 5 tomos, reed., Lisboa, Banco de Portugal, 1990-1991 (Pref. de Jacinto Nunes, introd. e dir. de edição de José Luís Cardoso).

de contínuo; coexistiram desde o princípio, coexistirão até ao fim, com a raça humana" (3).

O exercício da actividade agrícola, para Feliciano de Castilho, não so constituía como que urna escola de virtudes, de bons principios morais e de patriotismo, como se lhe afigurava o único caminho adequado a seguir pelo País. Deste modo, sublinhava o poeta: "Lavra- dores verdadeiros não são só os cidadãos mais produtivos, mas também os mais pacíficos e patrióticos"(4). E continuava um pouco adiante: "Acrescentemos que para Portugal não há hoje outra ocupação possível". E interrogava: "A conquista? Não. Os descobrimentos? Não. As minas? Não. A indústria? Não. As nossas conquistas, os nossos descobrimentos, as nossas minas, a nossa indústria, é *o solo da Pátria*. É o único mister para que ainda nos restam braços, instrumentos, forças e liberdade. E o único labor, em que nenhuma inveja estrangeira perigosas hão-de vir perturbar-nos"(5).

Como se verá oportunamente, a noção de que a agricultura pode exercer um papel pedagógico e moralizador viria a ser glosada por alguns autores, praticamente até aos nossos dias. Recordem-se, por exemplo, Júlio Dinis — que, nos seus romances, privilegiou os ambientes rurais(6) —, Anselmo de Andrade, Pequito Rebelo e, inclusive, Oliveira Salazar. Sensivelmente pela mesma altura em que Castilho encarava a agricultura como fonte de felicidade —, isto é, * 2

(3) A. Feliciano de Castilho, *Obras completas. Felicidade pela agricultura*, 2ª ed., vol. I, Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1903, p. 16 (como nas restantes citações, actualizei a ortografia e traduzi as efectuadas a partir da língua estrangeira).

(4) A. Feliciano de Castilho, *idem*, p. 31.

(5) A. Feliciano de Castilho, *idem*, p. 77 (sublinhado meu). A propósito da obra citada, já foi sublinhado: "A publicação da *Felicidade pela Agricultura* em 1849, em prol do associativismo agrário, é a sua [de A. F. de Castilho] contribuição para a polémica de ideias suscitada entre nós por ocasião da revolução europeia de 1848" (António José Saraiva, *História da Literatura Portuguesa* (vol. VIII da *História Ilustrada das Grandes Literaturas*), vol. I: *Das origens ao Romantismo*, Lisboa, Ed. Estúdios Cor, 1963, p. 168). Sobre a dita revolução ver Maria Manuela de Bastos Tavares Ribeiro, *Portugal e a Revolução de 1848*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1987 (Diss. de Doutoramento, policopiada).

(6) José Augusto França, *O Romantismo em Portugal. Estudo de factos socioculturais*, Lisboa, Livros Horizonte, 1993, pp. 426-428.

por meados do século XIX —, Alexandre Herculano, embora notando também a preponderância da agricultura em Portugal, perspectivava-a sob uma óptica económica e social, preocupando-se menos com os aspectos de índole moral. Com efeito, reportando-se à Grã-Bretanha, em acelerado e intenso processo de industrialização, destacava: "terrível batalha, onde não corre sangue, mas corre o suor do trabalho, e depois o suor da agonia"(7). Refere-se também ao assunto em *O pároco da aldeia*, onde, após uma longa citação da obra de Buret — *De la misère des classes laborieuses* (1842) —, alude à "horrible miséria das classes laboriosas" naquele país(8). Todavia, a situação portuguesa apresentava-se, aos olhos de Herculano, de modo bem diverso e menos penoso para as "classes laboriosas": "Mas que há entre nós que tenha semelhança com tal estado de coisas? As nossas fábricas são poucas e acham-se ainda longe dos grandes aperfeiçoamentos. Por outra parte, não havendo superabundância de braços os salários são razoáveis. Numa *nação essencialmente agrícola* a indústria manufactora dificilmente preponderará sobre a agricultura^(^9). Para a grande importância desta contribuíam, entre outros factores, a exagerada partilha da propriedade agrícola e a existência de "avultadíssimo número de proprietários rurais"(10).

Acrescente-se, no entanto, que para Herculano — como, mais tarde, para Oliveira Martins — a industrialização seria inevitável, pelo que não se poderia impedi-la. Sobre o assunto, observou, pertinentemente, Barradas de Carvalho: "Mas, pensa Herculano, devemos fechar as portas ao progresso, à civilização? Deveremos tentar a todo o transe evitar a industrialização? Não, não devemos tentar evitar o que é inevitável. Não devemos barrar o caminho àquilo que depende mais da natureza do que da vontade dos homens"(11).

Aliás A. Herculano, como que prenunciando algumas das

(7) Alexandre Herculano, *Opúsculos*, vol. I (org., introd. e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia), Lisboa, Ed. Presença, 1982, p. 115.

(8) Alexandre Herculano, *Obras completas. O pároco de aldeia. O Galego. Vida, ditos e feitos de Lázaro Tomé*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1969, pp. 96-97.

(9) Alexandre Herculano, *Opúsculos*, vol. I, p. 114 (sublinhado meu).

(10) A. Herculano, *ibidem*.

(11) Joaquim Barradas de Carvalho, *As ideias políticas e sociais de Alexandre Herculano*, 2ª ed., corrigida e aumentada, Lisboa, Seara Nova, 1971, p. 44.

conclusões recentes de Paul Bairoch⁽¹²⁾, constatou a inter-relação dos vários sectores, designadamente as consequências positivas que adviriam, para a indústria e o comércio, de uma agricultura desenvolvida. É o que se deduz da seguinte passagem: "a grande indústria nacional [ou seja, a agricultura], livre de peias e, ainda melhor, de uma falsa Protecção, influiria poderosamente no progresso da indústria fabril e do comércio, cuja prosperidade é impossível onde a agricultura definha debaixo do peso de instituições ou incompletas ou absurdas"⁽¹³⁾.

Com Oliveira Martins, a questão agrária foi objecto de um tipo de análise mais global, visto ter sido considerada a sua relação com o regime e a dimensão da propriedade, o crédito agrícola, a emigração e a crise geral que, ao tempo — final dos anos 1880 —, se vivia no País. O próprio Projecto de Lei, sobre "Fomento rural e emigração", apresentado à Câmara dos Deputados na sessão de 27 de Abril de 1887, revela bem como o autor associava a problemática da mão-de-obra — através da emigração e dos problemas com ela relacionados — à do desenvolvimento agrário⁽¹⁴⁾.

Apesar de o projecto não ter chegado a ser discutido⁽¹⁵⁾, trata-se de um trabalho do maior interesse — ao qual Oliveira Martins se dedicou durante um ano⁽¹⁶⁾ —, não só para o conhecimento da conjuntura histórica da época como do próprio pensamento martiniano.

Com efeito, tem sido essencialmente através deste estudo que se tem procurado caracterizar a *política agrícola* do autor e, por vezes, até o seu pensamento económico⁽¹⁷⁾. Consequentemente, o modelo

(12) Paul Bairoch, "Niveaux de développement économique de 1810 à 1910", *Annales E.S.C.*, 20º ano, nº 6, 1965, pp. 1114-1115.

(13) Alexandre Herculano, *Opúsculos*, vol. II, p. 29.

(14) Oliveira Martins, *Obras completas. Fomento rural e emigração*, Lisboa, Guimarães Editores, 1956.

(15) A propósito, comenta Joel Serrão: "Entretida, porém, com questões menos árduas, a Câmara sepultou o projecto nas páginas do *Diário das Cortes* e passou adiante" (Joel Serrão, "Martins, Joaquim Pedro de Oliveira", in *Dicionário de História de Portugal* (dir. por Joel Serrão), vol. II, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1965, p. 963).

(16) Joel Serrão, *ibidem*.

(17) O referido Projecto de Lei ocupa lugar de relevo, por exemplo, na obra precisamente intitulada *A política agrícola de Oliveira Martins*, Lisboa, Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação/Secretaria-Geral, 1987.

de desenvolvimento agrário, preconizado por Oliveira Martins, tem sido interpretado como matriz da corrente "neofisiocrática", muito em voga na primeira metade do século XX.

Sendo, embora, discutível que se possa classificar o autor do *Portugal Contemporâneo* simplesmente como um "agrarista" — assunto a que voltarei entretanto —, não há dúvida de que as suas ideias influenciaram diversos outros autores que se debruçaram sobre a questão agrária e que, frequentemente, o citam.

1.2. "Neofisiocratas" reformistas

Entre os autores que se podem incluir na linha "neofisiocrática", na sequência de algumas posições martinianas, destacaram-se: Basilio Teles, Ezequiel de Campos, Quirino de Jesus, A. Lino Neto, E. A. Lima Basto, A. de Oliveira Salazar — atendendo aos seus trabalhos de 1916 e 1918 —, Mário de Azevedo Gomes, Mário de Castro, Rafael Duque, Henrique de Barros, Mário Pereira e Eugénio de Castro Caldas⁽¹⁸⁾.

A despeito de as opiniões dos autores mencionados apresentarem, em diversos casos, notórias divergências, defendiam geralmente a valorização da terra, através de reformas adequadas que permitissem introduzir, na actividade agrária, uma certa modernização. Como sublinha Fernando Rosas, "é de um regresso modernizante à terra que aqui se trata, da criação de uma 'nova agricultura' como base do desenvolvimento económico do país, designadamente do seu desejável desenvolvimento industrial"⁽¹⁹⁾.

Todavia, enquanto uns propunham reformas mais radicais — como Ezequiel de Campos ou Mário de Castro —, outros contentavam-se com transformações mais modestas, a exemplo do próprio

(18) Ver sobre o assunto: Fernando Rosas, "O pensamento reformista agrário no século XIX em Portugal: elementos para o seu estudo", in *Actas do Encontro Ibérico sobre História do pensamento económico* (coord. editorial de José Luís Cardoso e António Almodovar), Lisboa, CISEP, 1992, pp. 357-372; "As ideias sobre desenvolvimento económico nos anos 30: Quirino de Jesus e Ezequiel de Campos", *Contribuições para a história do pensamento económico em Portugal* (org. e prefácio de José Luís Cardoso), Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1988, pp. 185-208.

(19) Fernando Rosas, "O pensamento reformista agrário no século XIX em Portugal: elementos para o seu estudo", *ob. cit.*, p. 363.

Oliveira Salazar que permaneceu sempre fiel a um certo tipo de ruralismo.

Assim, Ezequiel de Campos — também acérrimo defensor da electrificação do país — equacionava o problema agrícola integrado no contexto mais vasto do desenvolvimento, relacionando-o com a população e o povoamento, a hidráulica agrícola, a arborização, a electrificação e o ultramar⁽²⁰⁾. Aproximando-se do modelo martiniano, a agricultura, para o autor de *A conservação da riqueza nacional*, constituía apenas um factor de um sistema mais complexo, pelo qual passava o desenvolvimento. Como foi recentemente sublinhado por um dos seus biógrafos, interpretando o pensamento de Ezequiel de Campos, "A economia de uma nação — feita de agricultura, de comércio, de industria e de serviços — deve, por seu lado, ser vista como um conjunto, de equilibrio e de interajuda"⁽²¹⁾. Acrescente-se que Ezequiel de Campos apresentou ao Parlamento urna Proposta de Lei de Reorganização Rural que, como sucedera com o Projecto de Oliveira Martins, não chegou a ser discutida.

Por seu turno, Mário de Castro, que foi colaborador da *Seara Nova*, atribuía à questão da propriedade um papel decisivo no âmbito das reformas agrárias. Para o autor, o problema agrário, derivado da má repartição da terra, sob a forma de concentração latifundiária, gerava os seguintes fenómenos:

- a) grande intranquilidade social;
- b) insuficiência na produção;
- c) insuficiência quantitativa e qualitativa da população;
- d) uma crise de subconsumo⁽²²⁾.

Porém, quanto à concentração latifundiária, Mário de Castro era particularmente crítico para com a propriedade em regime de arrendamento, considerando este "um obstáculo ao seu melhor aproveitamento". Nos casos em que se tratasse de "um regime de * &

⁽²⁰⁾ Ezequiel de Campos, *Política*, Porto, Ed. de Maranus, 1924, pp. 105-106; João Conde Veiga, *Ezequiel de Campos. O homem e a obra*, Porto, Lello & Irmãos-Editores, 1993, pp. 59 e 162.

⁽²¹⁾ J. Conde Veiga, *ob. cit.*, p. 59.

⁽²²⁾ Mário de Castro, *Alentejo, terra de promissão. Linha geral de um pensamento agrário*, Lisboa, 1933, p. 103 (Este trabalho, antes de publicado em livro saiu na *Seara Nova*, entre 1 de Janeiro de 1931, n° 232 e 9 de Março de 1933, n° 333).

exploração presidido constante e solícitamente pelo seu proprietário", era mais condescendente, devido até a exemplos concretos que conhecia, de "explorações cuidadosíssimas", em que a terra é aproveitada consoante as suas possibilidades, sem que um palmo só esteja abandonado ou esquecido"⁽²³⁾.

A defesa intransigente do latifúndio por Pequito Rebelo, independentemente do sistema de exploração utilizado — além de outros factores de ordem política —, levou Mário de Castro a criticá-lo duramente, nos seguintes temas: "Não percebo lá muito bem como é que o sr. Pequito Rebelo — o fogoso arauto nacionalista — pode, sem profundo rebate de consciência, golpear cruelmente as aspirações de quem, no final de contas, pretende tão-só fazer que a Nação seja para todos e não para alguns — se é isso precisamente o que o nacionalismo *diz* pretender! E não percebo, sobretudo, como é que a piedosa alma católica do sr. Pequito Rebelo pode acoimar de rastejante a aspiração daqueles que, como eu, pretendem tão-só aplicar o supérfluo dalguns à miséria da maior parte"⁽²⁴⁾. E continua o autor: "Se-lo-á também o Papa Pio XI quando na encíclica "Quadragesimo Ano" declara: 'é absolutamente necessário reorganizar o regime económico e reconduzi-lo às normas da justiça social?'"⁽²⁵⁾. Como se pode verificar pelo que fica exposto, a questão agrária para o autor, além de económica, era fundamentalmente social. No que se refere à posição de Salazar, focando a "crise das subsistências", no final da I Guerra Mundial (1918), revelava estar mais preocupado com a distribuição que com a produção propriamente dita. A propósito afirmava: "Uma acção centralizadora necessitava para a sua unidade e eficácia [d] a *constituição duma autoridade única e forte*, gozando de ilimitada liberdade e ilimitados poderes, independente por outro lado das flutuações da política: um verdadeiro *ditador de víveres*"⁽²⁶⁾.

Posteriormente, para além do "comboio do trigo" e da "cam-

⁽²³⁾ Mário de Castro, *idem*, p. 121.

⁽²⁴⁾ Mário de Castro, *idem*, p. 169.

⁽²⁵⁾ Mário de Castro, *ibidem*.

⁽²⁶⁾ Oliveira Salazar, *Alguns aspectos da crise das subsistências*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918, p. 40. Sep. do *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. IV.

panha do trigo"⁽²⁷⁾ (iniciada em 1929), bem como de outras medidas tomadas sobre a agricultura, durante a sua governação, continuava a afirmar, ainda nos anos 1960, o seu pendor e preferência agraristas: "Eu sou um rural — declarava Oliveira Salazar, em 1965 — e, embora em situação diferente, vivi duas guerras [...]. Daí vem compreender o campo e conhecer as necessidades vitais que o campo tem de satisfazer. Independentemente do que se possa chamar a poesia campestre, que atrai os sorrisos um tanto desdenhosos da economia industrial, por mim, e se tivesse de haver competição, *continuará a preferir a agricultura à indústria*"⁽²⁸⁾.

1.3. Agrarismo tradicionalista: Anselmo de Andrade e Pequito Rebelo

Diferentemente da corrente reformista — já abordada —, destacou-se uma outra, não menos influente, que se afirmava pela defesa intransigente dos valores agrários tradicionais, da manutenção da propriedade — inclusive do latifúndio — e do carácter de inevitabilidade da vocação agrária de Portugal. Entre outros — como os agrários João Antunes Guimarães e Araújo Correia ou o eng.º Francisco Maria de Almeida Garrett —, salientaram-se, pelo prestígio alcançado e pelas posições frontalmente assumidas, em defesa dos seus ideais, o economista e investigador Anselmo de Andrade e o polemista, político e monárquico integralista José Pequito Rebelo.

Anselmo de Andrade (1842⁽²⁹⁾-1928) cursou Direito na Universidade de Coimbra⁽³⁰⁾ e veio a distinguir-se como economista, escritor e político. Na sequência de alguns outros trabalhos dados à estampa

(27) Campanha essa já classificada de "desastre", por Eugénio de Castro Caldas, *A agricultura portuguesa no limiar da Reforma Agrária*, Oeiras, Fundação Calouste Gulbenkian/Instituto Gulbenkian de Ciência/Centro de Estudos de Economia Agrária, 1978, p. 108.

(28) Oliveira Salazar, "Erros e fracassos da era política", *Discursos e notas políticas*, vol. VI: *1959-1966*, Coimbra, Coimbra Editora, 1967, pp. 371-372 (sublinhado meu).

(29) Anselmo José d'Assis e Andrade nasceu em 20 de Junho de 1842 e não em 20 de Junho de 1844, como se indica na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (vol. II, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, p. 529). Cf. Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), *Certidões de idade — 1834 / 1900*, n.º 387-387v.

(30) Anselmo de Andrade efectuou exames dos 3.º e 4.º ano de Direito, na

— sobre assuntos de historia geral e uma viagem na Espanha —, adquiriu considerável prestígio a partir da publicação, em 1898, do estudo intitulado *Economia Social e comparada. A terra*⁽³¹⁾. Segundo o autor, tratar-se-ia do primeiro de uma série "sobre questões da nossa vida económica e social". Projectava, então, vir a publicar outros volumes — o que não chegou, propriamente, a concretizar — sobre os seguintes temas: "a terra, a população, o trabalho, o comércio, a riqueza pública, a fortuna particular e a sociedade portuguesa"⁽³²⁾. Anselmo de Andrade definia, assim, os objectivos que se propunha alcançar: "Nestes estudos, compreensivos de toda a nossa economia, procura-se elucidar, como se souber e puder, a complexa questão da riqueza nacional, em todas as suas formas e relações". E acrescentava: "Não se oferecem soluções determinadas. Expõem-se factos, definem-se situações e formam-se juízos, que podem ser errados, mas que são inteiramente livres e profundamente sinceros [...]. A paixão, que serve e inspira generosamente a eloquência, é péssima conselheira"⁽³³⁾.

Entretanto o autor — que, em 1900, ocupara durante alguns meses a pasta da Fazenda, a convite de Hintze Ribeiro — terá remodelado o projecto inicial, vindo a publicar, em 1902, a obra *Portugal económico*. Neste estudo, além da "terra" — objecto do livro anteriormente referido, publicado quatro anos antes —, já inclui outras temáticas — a população, o comércio, passivo e activo do Estado, fortuna particular, etc. —, inicialmente previstas para serem contempladas em volumes distintos. Viria de novo a lume em 1918, em "nova edição que mais parece livro novo que publicação repetida", segundo palavras do próprio autor, na "Advertência" inicial. Comunica, então, que viria a ser publicado um segundo volume — o que não chegou a suceder —, sobre economia política aplicada à sociedade portuguesa, que teria, como subtítulo, *Economia social*.

Por sua vez, o primeiro volume — e único publicado, como já

Universidade de Coimbra, nos anos de 1864 e 1865, respectivamente, tendo sido aprovado (AUC, *Actos*, n° 24, fls. 23v. e 133v.).

⁽³¹⁾ Anselmo de Andrade, *Economia nacional e comparada. A terra*, Lisboa, Manuel Gomes-Editor, 1898.

⁽³²⁾ A. de Andrade, *idem*, pp. 5-6.

⁽³³⁾ A. de Andrade, *ibidem*.

ficou referido — surge com o seguinte título: *Portugal económico. Theorias e factos*, tomo I: *Economia descritiva*⁽³⁴⁾. Esta obra, de Anselmo de Andrade, é indubitavelmente a mais significativa de todas as que, no presente século, defendem a(s) corrente(s) agrarista(s). O autor revela-se um economista bem informado e actualizado do ponto de vista bibliográfico, estabelece comparações entre a economia portuguesa e a de outros países, além de expor a matéria de forma elegante, clara e pedagógica. Porém, aquilo que de mais original e inovador se detecta neste trabalho é a defesa — já um tanto serôdia, em pleno século XX e após duas revoluções industriais —, insistentemente repetida, da tese que se pode resumir assim: Portugal não é nem nunca poderá vir a ser um país industrial. Ao invés, tem todas as condições para continuar a ser o que sempre foi, um *país essencialmente agrícola*. Logo no início, ao tratar do território, esclarece: "Pela constituição do território, e disposição dos litorais, foi assim Portugal fadado para a agricultura e para a navegação" ⁽³⁵⁾. Elogia rasgadamente o grande agrário que foi José Maria dos Santos, referindo-se-lhe do seguinte modo: "Opulento proprietário, que foi ao mesmo tempo o maior agricultor de Portugal, e o homem de mais largas iniciativas agrícolas deste país, [que] distribuiu nas extremas das suas grandes propriedades, ao sul do Tejo, cerca de 2000 hectares por mais de 300 trabalhadores beirões [conhecidos, como é sabido, por 'ratinhos'], que ali se estabeleceram com suas famílias pagando moderadas rendas e cultivando a terra por suas próprias mãos"⁽³⁶⁾.

Segundo o autor, os próprios recursos naturais como que justificam uma opção agrarista, ao mesmo tempo que inviabilizam o desenvolvimento industrial. É o que pode deduzir-se das seguintes passagens do *Portugal económico*: "Não se adapta porém à qualidade das riquezas naturais, que temos a explorar, o carácter de nação fabril, e não chega o saldo de alguns produtos agrícolas que nos sobram para cobrir o *déficit* dos que nos faltam"⁽³⁷⁾. E prossegue o autor, um pouco adiante: "Onde as matérias-primas faltam, onde o carvão de pedra não existe, e onde a hulha branca é ainda um

⁽³⁴⁾ Coimbra, França Amado Editor, 1918.

⁽³⁵⁾ A. de Andrade, *Portugal económico*, p. 4 (sigo a edição de 1918).

⁽³⁶⁾ A. de Andrade, *idem*, p. 192 e nota 1. Não se encontra, na obra em foco, elogio semelhante a qualquer industrial.

⁽³⁷⁾ A. de Andrade, *idem*, p. 341.

problema, as indústrias só podem medrar à sombra de protecções caras [...]. Faz-se muito mal ao país tentando transformar em fabril uma indústria, que verdadeiramente só pode ser agrícola"⁽³⁸⁾.

Do ponto de vista social — mas com repercussões políticas —, Anselmo de Andrade aduz ainda um outro argumento, que é o da maior facilidade com que se solucionam as crises agrícolas e o consequente desemprego — através da solidariedade associativa e dos próprios particulares —, comparativamente à "ameaça" social que provém da falta de emprego na indústria. A propósito, conclui: "todos sabem o que é uma multidão de operários na rua, sem trabalho e com fome. Não nos têm faltado amostras"⁽³⁹⁾. Como é sabido, este argumento viria a ser posteriormente muito usado — inclusive durante o Estado Novo —, sobretudo por aqueles que temiam as consequências "nefastas" da industrialização e, bem assim, do aumento e da concentração do operariado, "subproduto" inevitável daquela⁽⁴⁰⁾.

Para concluir este tópico, acrescentarei que ainda não se encontra suficientemente averiguada toda a influência, exercida na sociedade e na política portuguesas do nosso século, pela dita obra de Anselmo de Andrade. Contudo, ela terá sido considerável, como já notou Marcello Caetano⁽⁴¹⁾, ao destacar: "Esta obra influenciou muito nos economistas universitários da primeira metade do século XX, quer quanto às ideias, quer quanto ao estilo. Entre os que sofreram essa influência é de destacar o Prof. Oliveira Salazar, a quem Anselmo de Andrade dedicou o livrinho de história económica aparecido em 1923 sobre a *Evolução da Moeda*"⁽⁴²⁾.

Dado que da referida dedicatória se podem tirar algumas ilações sobre o relacionamento do autor com o futuro líder do Estado Novo,

⁽³⁸⁾ A. de Andrade, *idem*, p. 342.

⁽³⁹⁾ A. de Andrade, *idem*, p. 343.

⁽⁴⁰⁾ Por exemplo, na longa discussão da "Proposta de lei de fomento e reorganização industrial", na Assembleia Nacional (1944-1945), o assunto veio algumas vezes à colação (ver, por exemplo, *Diário das Sessões*, de 27.01.1945, p. 353, intervenção do deputado Antunes Guimarães).

⁽⁴¹⁾ Marcello Caetano, "Andrade (Anselmo de)", in *Verbo. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 2º, Lisboa, Ed. Verbo, 1964, col. 190.

⁽⁴²⁾ Anselmo de Andrade, *Evolução da moeda*, Coimbra, Coimbra Editora, Lda, 1923.

segue-se a sua transcrição: "Ao Doutor Antonio de Oliveira Salazar, insigne professor de ciências económicas na Universidade de Coimbra, em sinal do grande apreço em que tem o seu privilegiado espírito e alto valor científico, e também como testemunho de gratidão por valiosos obséquios. Oferece este livro o seu devotado apreciador, Anselmo de Andrade"⁽⁴³⁾.

Contrastando com o pendor científico, ponderado e actualizado do autor precedente, deparamos com o torn polémico e de "combate" do grande proprietário e integralista, José Adriano Pequito Rebelo (1892-1983). Apresenta um "curriculum vitae" bastante diversificado, do qual me permito destacar os seguintes aspectos: formatura em Direito pela Universidade de Coimbra — com elevadas classificações, em algumas cadeiras⁽⁴⁴⁾ —, combatente na I Guerra Mundial, participante na revolta monárquica de Monsanto (em Janeiro de 1919), piloto-aviador, ao lado de Franco, na Guerra Civil de Espanha (1936-1939), membro fundador da Junta Central do Integralismo Lusitano (1913) e autor de numerosos trabalhos, com destaque para os dedicados à temática agrária⁽⁴⁵⁾.

Pequito Rebelo defende afanosamente, nos seus trabalhos — vários dos quais principiaram por ser, inicialmente, apresentados em conferências —, a preponderância e as vantagens da agricultura, os "direitos da propriedade" e os "direitos na propriedade"⁽⁴⁶⁾ e ainda o papel do latifúndio. Contudo, as suas perspectivas agraristas englobam, geralmente, outras vertentes, de carácter nacionalista, político, técnico, ético e mesmo civilizacional. Aliás, a valorização da terra e do território e a conseqüente preferência pela actividade agrícola faziam parte integrante do ideário do Integralismo Lusitano, como se

⁽⁴³⁾ A dedicatória, impressa, encontra-se a ocupar toda uma folha, colocada entre o frontispício e a folha com a "Advertência".

⁽⁴⁴⁾ Obteve, por exemplo, aprovação "com distinção com dezassete valores (9ª e 10ª cadeiras), com dezasseis valores (16ª cadeira) e com quinze valores (17ª, 18ª e 19ª cadeiras)" (AUC, *Actos* n.º 27, fls. 80 e 158, *Actos*, n. 41, fls. 15, 86, 191 e 225).

⁽⁴⁵⁾ "Pequito Rebelo (José Adriano)", in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vols. XXI e IX (da *Actualização*), Lisboa. Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, 1978-1987, respectivamente p. 68 e 186; *Verbo. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. XV, Lisboa, Editorial Verbo, 1973, col. 1860.

⁽⁴⁶⁾ José Pequito Rebelo, *A terra portuguesa (Esboço de uma doutrina agrária)*, Lisboa, Otosgráfica, 1929, pp. 32-33.

infe das palavras do próprio Pequito Rebelo, ao analisar os *aspectos económicos*, num ciclo de conferencias sobre a "Questão Ibérica" (1915): "Segundo as regras desta religião, tenhamos, pois, portugueses, um patriotismo realista, consciente e completo, um patriotismo que seja um *nacionalismo* e *nacionalismo integral*. como sentimento é a devoção ardentíssima por *tudo o que é português*, como princípio é a filosofia do valor da raça, do valor do território e do valor da tradição portuguesa". Mais adiante afirma: "A agricultura constituiu em toda a Península [Ibérica] a mais importante forma de produção", acrescentando, quase no final da sua conferência: "O órgão desta vontade reorganizadora tem que ser a *elite* e a sua missão é apelar para as nossas instituições tradicionais, o Rei e o Município, entregar-lhes o mando e, afastando-se da Política, apresentar-se na Profissão, no campo largo e belo da iniciativa privada que transforma e enriquece a Terra, de que há tantos séculos está ausente, por esse *absentismo* que eu chamo o nosso grande mal, o nosso único mal"⁽⁴⁷⁾. Se, em alguns estudos, o autor foca essencialmente questões técnicas — por exemplo, em *Agricultura e técnica*, 1959⁽⁴⁸⁾ —, noutros utiliza um tom polémico e de intransigente defesa da sua "dama". Assim, numa conferência — proferida na Liga Naval, em 5 de Abril de 1925 — procura refutar aquilo a que chama "As falsas ideias claras em economia agrária". Nestas inclui os seguintes preconceitos: "da superfície", "anti-latifundiário", "do exclusivismo da grande propriedade", "da intensidade sem meios de produção", "da confusão entre a forma da propriedade e a intensidade da cultura", "da existência de uma questão agrária portuguesa que não seja de origem

⁽⁴⁷⁾ José Pequito Rebelo, "Aspectos económicos", *A Questão Ibérica*, Lisboa, 1916, p. 151, 166 e 188. Sobre a questão do *absentismo agrário* na zona de Évora, sabe-se hoje que, em meados do século XIX, aquele seria pouco significativo, pois entre as casas mais tributadas "apenas 14% não exploravam directamente uma parte do seu património". (Helder Adegar Teixeira Dias Fonseca, *Economia e atitudes económicas no Alentejo oitocentista*, vol. II, Évora, 1992, p. 619 (Diss. de doutoramento em História Económica e Social Contemporânea, apresentada à Universidade de Évora, policopiada. Posteriormente veio a ser publicado, num volume, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996).

⁽⁴⁸⁾ José Pequito Rebelo, *Agricultura e técnica. Conferência pronunciada no Seminário de Santa Joana, em Aveiro sob a presidência dos Senhores Bispos do Porto e de Aveiro, em 20 de Julho de 1958*, Lisboa, 1959.

ideológica, livresca ou legislativa", "da confusão entre o fenómeno demográfico e agrário" e "do destino meridional da emigração em grandes massas"⁽⁴⁹⁾.

Recorde-se que este estudo viria a ser de novo publicado ainda em 1979, em 3ª edição, com uma nota introdutória, altamente elogiosa de Manuel Múrias.

Em obras como *Em Louvor da Terra* (1949) e *A terra portuguesa* (1929), Pequito Rebelo foca a problemática agrária, por vezes em tom algo apologético e marcadamente ideológico. Um exemplo elucidativo encontra-se no tópico que designa por "A frente agrária da batalha da civilização"⁽⁵⁰⁾. "Pela terra e contra a terra — declara o autor — se dá uma batalha que é ao mesmo tempo jurídica, económica, técnica e política"⁽⁵¹⁾. Nas duas frentes dessa "batalha" encontravam-se, na opinião de Pequito Rebelo, de um lado o colectivismo socialista soviético e, do outro, o radicalismo agrário, que levava à divisão das terras. Não obstante experiências ocorridas noutros continentes, segundo o autor "é na Europa que a luta decisiva tem lugar"⁽⁵²⁾. Pequito Rebelo acaba por atribuir como que uma função "messiânica" à agricultura, que enuncia do seguinte modo (1929): "Entre o inumano super capitalismo americano, o norte-europeu protestante, o bolchevismo bárbaro e satânico, os abismos étnicos negro e amarelo, a pequena (grande!) grei latina, em torno de Roma, sente-se despertar de um sono secular, tocada de uma nova vocação da Providência [...]. Desta vocação não é o menor o título agrário: que restituídas à hegemonia as nações de base agrária, os males da civilização encontrarão um poderoso remédio, como se os vícios do século os pudesse sarar num abandonado repouso no carinhoso regaço da Terra-Mater..."⁽⁵³⁾.

As correntes agraristas, acabadas de focar, exerceram, por certo, considerável influência nas políticas governativas, desde a Monarquia Constitucional ao Estado Novo. No que a este diz respeito, foi publicada numerosa legislação sobre a agricultura e áreas afins, foram

⁽⁴⁹⁾ José Pequito Rebelo, *As falsas ideias em economia agrária*, 3ª ed., Lisboa, ed. do autor, 1979.

⁽⁵⁰⁾ José Pequito Rebelo, *A terra portuguesa*, pp. 44-54.

⁽⁵¹⁾ J. Pequito Rebelo, *idem*, p. 45.

⁽⁵²⁾ J. Pequito Rebelo, *ibidem*.

⁽⁵³⁾ J. Pequito Rebelo, *idem*, pp. 53-54.

levadas a cabo diversas acções e realizadas algumas campanhas, como a do trigo. Para alguns observadores — mais envolvidos na própria política e/ou intervenientes activos no processo —> já em meados dos anos 1930 se começavam a notar resultados positivos das medidas tomadas. A propósito, João Antunes Guimarães (médico e político, defensor, como vimos já, de um agrarismo tradicionalista), em comunicação apresentada ao I Congresso da União Nacional (1934), efectuava o seguinte balanço: "A política rural, em toda a sua magnitude, iniciada pela situação '28 de Maio', para valorização de extensas zonas rurais, há tanto tempo injustamente esquecidas, para fixação do povo ao torrão natal e na condigna elevação, tanto no campo material como no espiritual, já é coroada de resultados benéficos"⁽⁵⁴⁾.

Outros autores, ao invés, adoptando uma perspectiva baseada em critérios fundamentalmente técnicos e económicos, analisam a evolução agrícola em Portugal, na primeira fase do Estado Novo — de final dos anos 20 aos inícios dos anos 50 —, de forma um tanto crítica. Foi o caso do Eng.º Agr.º Eugénio de Castro Caldas que (em 1952) atribuiu "à Campanha do Trigo, que provocou a extensificação da cultura cerealífera de sequeiro, os mais profundos e irreparáveis estragos consentidos no património do solo da agricultura portuguesa"⁽⁵⁵⁾. Criticava também o que se fizera pelos regadios, considerando-o de interesse exclusivamente individual⁽⁵⁶⁾. Distanciando-se das propostas político-ideológicas de Pequito Rebelo, recomendava: "A intervenção terá de ser cautelosa e escalonada, e incluída nos programas de 'regresso à terra'. Porque, afinal, o 'regresso à terra' é tema gasto no conteúdo de versões incompletas". E concluía: "Desta forma não importa discutir se Portugal é, ou não é, * 26

⁽⁵⁴⁾ João Antunes Guimarães, "Política rural na situação '28 de Maio'", in *Primeiro Congresso da União Nacional. Discursos, teses e comunicações. Lisboa, 26 a 28 de Maio de 1934*, vol. IV, Lisboa, ed. da União Nacional, 1935, p. 106.

⁽⁵⁵⁾ Eugénio de Castro Caldas, "Problemas da agricultura na política de fomento nacional", *Técnica*, ano XXVI, n.º 222, 1952, p. 445; *Agricultura portuguesa no limiar da Reforma Agrária*, pp. 62-63. Sobre o assunto, ver também José Machado Pais *et al.*, "Elementos para a história do fascismo nos campos: a 'campanha do trigo': 1928-1938", *Análise Social*, vol. XII, n.º 46, 2.º semestre de 1976, pp. 400-472 (I); *Análise Social*, vol. XIV, n.º 54, 2.º semestre de 1978, pp. 321-389 (II).

⁽⁵⁶⁾ E. de Castro Caldas, "Problemas da agricultura...", p. 431.

'essencialmente agrícola'. Importa definir a verdadeira grandeza dos problemas da agricultura na política de fomento nacional"⁽⁵⁷⁾.

Registe-se, por último, que para E. Castro Caldas agrarismo e industrialismo, longe de se excluírem, se completam. Nota, com razão, ser "evidente o paralelismo dos dois movimentos de progresso: o da indústria e o da agricultura"⁽⁵⁸⁾. E porque concordo inteiramente com este ponto de vista, tendo sido focadas as correntes agraristas, passemos às industrialistas.

2. *Longo "Combate" em prol do Industrialismo*

Sem esquecer um certo industrialismo "avant la lettre" de D. Luís de Meneses (3º Conde da Ericeira), em finais do século XVII, e de Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal), no terceiro quartel do século XVIII, foi José Acúrcio das Neves (1766-1834) que começou por defender em Portugal, de forma expressa e clara, o industrialismo ou, se se preferir, a própria industrialização.

Trata-se, como é sabido, de uma figura interessante e algo contraditória, já que, apesar de ter sido, politicamente, um miguelista convicto e de ter permanecido, até à morte, fervoroso adepto do Antigo Regime, sob o ponto de vista económico defendeu a modernização da indústria e, de modo muito especial, a mecanização.

Conhecendo-se já razoavelmente a sua obra e as linhas mestras do seu pensamento⁽⁵⁹⁾, limitar-me-ei a sublinhar alguns dos argumentos mais usados pelo autor, em defesa da "causa" industrial.

Um dos princípios já preconizados por Acúrcio das Neves — e ainda actual — diz respeito à complementaridade entre a indústria e a agricultura: "Mas as fábricas não são inimigas da agricultura: pelo contrário, são elas que lhe dão uma actividade que por nenhum outro género de fomento poderia obter. Bem longe de lhe roubarem os braços necessários, elas juntam à roda de si uma população numerosa,

⁽⁵⁷⁾ E. de Castro Caldas, *idem*, pp. 451 e 456.

⁽⁵⁸⁾ E. de Castro Caldas, *idem*, p. 455.

⁽⁵⁹⁾ Ver, entre outros trabalhos: *Obras completas de José Acúrcio das Neves* (com estudos introdutórias de António Almodovar e Armando Castro), 6 vols., Porto, Ed. Afrontamento, s. d.; Fernando Pinto Loureiro, *José Acúrcio das Neves, precursor do industrialismo em Portugal*, Coimbra, Coimbra Editora, 1954.

que não só trabalha mas aumenta o valor aos produtos do trabalho" H.

Relativamente ao atraso da nossa mecanização, Acúrcio das Neves destacava, precisamente no ano da Revolução Liberal (1820): "E lastimoso o estado em que nos achamos a respeito das máquinas. Fazemos tudo à força de braços e de animais, enquanto nos outros países a força dos elementos quase dispensa a mão do homem nos trabalhos mais pesados e aumenta prodigiosamente os frutos da indústria". E prossegue: "Em uma grande parte da Europa e dos Estados Unidos da América já os rios e até os mares se navegam pelo agente do fogo [ou seja, utilizando a máquina a vapor], sem mastros, sem velas e sem remos; e entre nós ainda se não acha estabelecida uma só máquina de vapor nas nossas fábricas. Enquanto não melhorarmos muito a este respeito, serão baldados todos os esforços para competir com os estrangeiros"⁽⁶¹⁾.

Também sob esta perspectiva — necessidade de actualização e inovação tecnológicas para fazer face à concorrência internacional — o princípio continua válido.

Poder-se-ia, entretanto, perguntar: falecido Acúrcio das Neves, por coincidência, no ano da vitória definitiva dos liberais (1834), como é que os seus sucessores utilizaram o legado daquele, no que se refere ao "proseletismo" pela indústria?

Além de algumas medidas setembristas tendentes a desenvolver a indústria — entre as quais a publicação da pauta proteccionista de 1837 e a criação do ensino politécnico, em Lisboa e no Porto —, devem referir-se os seguintes nomes: políticos, como António Augusto de Aguiar e Emídio Navarro — ambos ocuparam a pasta das Obras Públicas, Comércio e Indústria, nos anos 1880 —, e autores como Oliveira Marreca, Fradesso da Silveira, M. Nunes Galdes e o próprio Oliveira Martins.

António de Oliveira Marreca (1805-1889) desempenhou vários cargos — administrador da Imprensa Nacional, professor de Economia Política no Instituto Industrial de Lisboa, deputado, guarda-mor da

⁽⁶⁰⁾ José Acúrcio das Neves, "Considerações sobre a agricultura e as manufacturas de Portugal", *Obras completas*, vol. 3, p. 479.

⁽⁶¹⁾ José Acúrcio das Neves, "Memória sobre os meios de melhorar a indústria portuguesa, considerada nos seus diferentes ramos [1820]", *Obras completas*, vol. 4, pp. 138-139.

Torre do Tombo, etc. —, além de ter publicado uma vasta obra⁽⁶²⁾. Apesar de não se poder classificá-lo, de forma exclusiva, como industrialista — os seus trabalhos abrangem vários temas —, o certo é que não deixou de manifestar o maior interesse pelo desenvolvimento da indústria e pela difusão da máquina a vapor. Esta, apesar de constituir, ao tempo, tecnologia de ponta, encontrava-se ainda pouco divulgada entre nós.

Assim, após ter aludido a outras formas de energia — animal, eólica e hidráulica —, escreve (1842): "Vem depois o vapor, que resulta da água impressionada pelo fogo, e da pressão atmosférica, e se pode aplicar às máquinas em todos os processos da indústria, em todos os tempos, em todas as estações, em todos os lugares e em qualquer grau, maior ou menor, que seja preciso. Estas vantagens não se encontram nos outros motores de que já falámos"⁽⁶³⁾.

Alguns anos mais tarde (1849), já manifesta algum entusiasmo pelo modo como a industrialização se estava a iniciar, sublinhando: "O génio industrial, que tem sido a matéria primária da fortuna e grandeza de algumas nações, vai-se gradualmente revelando entre nós. Os nossos operários anunciam a rapidez de apreensão e o talento apropriativo, que caracterizam as vocações artísticas. Dos fabricantes nacionais já alguns têm construído máquinas a vapor, máquinas agrícolas, rodas e prensas hidráulicas, caldeiras, cilindros e diferentes instrumentos e aparelhos"⁽⁶⁴⁾.

Por sua vez, Joaquim Henriques Fradesso da Silveira (1825-1875) foi outro entusiasta dos assuntos relacionados com a

⁽⁶²⁾ "Marreca (António de Oliveira)", in *Portugal. Dicionário histórico...*, dir. por Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, vol. IV, Lisboa, João Romano Torres & C^a Editores, 1909, p. 872.

⁽⁶³⁾ Oliveira Marreca, "Máquinas" (in O *Panorama*, 1842), *Obra Económica* (Recolha, anotações e revisão de texto de Cecília Barreira), Vol. I, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa/Instituto Português de Ensino à Distância, 1983, p. 205.

⁽⁶⁴⁾ "Sociedade Promotora da Indústria. Relatório do Jurado" (Lisboa, Tipografia da Revista Universal Lisbonense, 1849), Oliveira Marreca, *Obra económica*, vol. II, p. 168. Ver ainda João B. Serra, "Em defesa dos interesses industriais - António de Oliveira Marreca (1848-1849)", O *século XIX em Portugal. Comunicações ao colóquio organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais* (Novembro de 1979), coord. de Jaime Reis *et al.*, Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, s. d., pp. 53-59.

indústria, a quem o país muito ficou a dever. Foi deputado, lente da Escola Politécnica de Lisboa, chefe da Repartição dos Pesos e Medidas, industrial, presidente da Associação Promotora da Indústria Fabril de Lisboa, escritor e jornalista⁽⁶⁵⁾.

É autor de vários trabalhos sobre temas relacionados com a indústria — entre os quais *A fábrica de linhos de Torres Vedras* (1863), *As fábricas da Covilhã* (1863) e *A sericicultura em Portugal* (1869) —, lançou as bases de um dos primeiros inquéritos industriais efectuados em Portugal, tendo ainda visitado "vários países da Europa, de Viena e de outros centros trouxe elementos importantes para a fundação de um museu industrial, que foi por Fradesso da Silveira entregue ao conselho geral das alfândegas e que depois se dispersou completamente⁽⁶⁶⁾. Estava também muito atento às exposições industriais — já chamadas "festas da civilização" —, tendo publicado: *Visitas à Exposição de 1865, no Porto*⁽⁶⁷⁾ e *Notícia da Exposição Universal de Viena de Áustria em 1873*⁽⁶⁸⁾.

Apreciador da indústria — aliás ele próprio industrial e filho de industrial — foi também o covilhanense Manuel Nunes Galdes (nascido em 1836)⁽⁶⁹⁾, doutorado em Direito, em 1859, pela Universidade de Coimbra⁽⁷⁰⁾, onde foi professor catedrático de Economia Política, investigador e autor de vários trabalhos. Entre outros, os que mais interessam, sob o ponto de vista da indústria, são: *Cathecismo nacional de philosophia do Trabalho* (1877)⁽⁷¹⁾, *A Covilhã no centenário*

⁽⁶⁵⁾ Silveira (Joaquim Henriques Fradesso da), *Portugal. Dicionário histórico...*, dir. por Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, vol. VI, 1912, pp. 948-950.

⁽⁶⁶⁾ *Idem*, p. 949.

⁽⁶⁷⁾ 2ª ed., Lisboa, 1866.

⁽⁶⁸⁾ Bruxelas, 1873.

⁽⁶⁹⁾ Não obstante alguns autores indicaram o ano 1837 (por exemplo, Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues [dir.], *Portugal Dicionário histórico...*, vol. III, Lisboa, 1967), segundo uma certidão de idade Manuel Nunes Galdes nasceu em 10 de Março de 1836 (AUC, *Certidões de idade, 1834/1900*, n° 34). Não obstante as diligências efectuadas, não foi possível averiguar o ano do respectivo óbito.

⁽⁷⁰⁾ Doutorou-se em 1859, tendo recebido as respectivas insígnias em 31 de Julho de 1859 (AUC, *Actos grandes*, n° 4, fl. 123v). Foi-lhe passada a "Carta de Doutor" em 22 de Outubro do mesmo ano (AUC, *Carta de 1859*, cx. n° 148)

⁽⁷¹⁾ Lisboa, Callemant Frères, Typ. Lisboa, 1877.

(1880)⁽⁷²⁾ e *A indústria em Portugal a propósito do tratado de commercio com a França* (1881)⁽⁷³⁾. O autor, além de destacar a importância e a função relevante desempenhada pela indústria, dedica especial atenção à *máquina* e ao *ensino* ou, como hoje diríamos, à *formação* dos recursos humanos para a indústria.

Reportando-se à actividade industrial afirma, em 1877: "Geralmente considera-se rico um país, quando tem excelentes condições naturais. E um erro em economia política, porque segundo esta, não há riqueza sem indústria; e por muito bem fadada que seja uma nação, nunca esta será rica, se aos favores da *natureza* não acrescentar as lidas do trabalho". E acrescenta, pouco depois: "ensinam-nos, de pequenos, que Portugal é um país exclusivamente agrícola e que para aqui devem convergir todos os esforços da nação, deixando aos estrangeiros a tarefa de nos fornecerem os artefactos da indústria".

"Sempre o triste preconceito. Pois, se dizeis que Portugal é um país essencialmente agrícola, como não vedes que está aí implícita a necessidade de dar todo o desenvolvimento à indústria nacional? Onde está a fonte da indústria, senão é nos produtos da terra? E onde está a vida da agricultura, senão na indústria, que a estimula a dar-lhe as matérias-primas do trabalho?".

"Neste ponto é notável a falta de noções científicas na maior parte dos nossos concidadãos [...]. *Um país agrícola é por força um país industrial*. Se o estudarem hão-de ver que Portugal é, por natureza, destinado a ser um dos primeiros países manufactureiros da Europa" ⁽⁷⁴⁾.

Sobre a máquina, destaca: "A máquina é o regenerador do trabalho, porque é a nobre transformação dele. Rude até ali, é agora inteligente: de escravo que era converte-se em rei [...] E ante as maravilhas da Indústria, o homem sente-se tal qual é: grande, gigante quase omnipotente" ⁽⁷⁵⁾. Perante este entusiasmo industrialista de M. Nunes Galdes, como não recordar o conhecido *Mito de Prometeu?*

Por sua vez, acerca do ensino, adverte: "Urge então fundar o *Ensino Profissional*, derramando-o por todos os cidadãos; sendo certo

⁽⁷²⁾ Publicado pela mesma editora, em 1880.

⁽⁷³⁾ Porto, Typographia Universal de Nogueira & Cáceres, 1881.

⁽⁷⁴⁾ M. Nunes Galdes, *Cathecismo...*, pp. 33-35.

⁽⁷⁵⁾ M. Nunes Galdes, *idem*, p. 177. Sobre a máquina ver ainda, da mesma obra, pp. 60-63.

também que os problemas difíceis, que trazem preocupada a sociedade moderna, encontram fácil e pronta solução, tanto que se resolva o *primeiro*, e por isso mesmo o mais fácil e o mais *económico* de todos eles: *a questão magna do ensino*"⁽⁷⁶⁾. Mas, para Nunes Gerales, não eram somente os operários a necessitar de formação adequada. Também os industriais e gestores dela careciam: "Quisera ver ali [na Covilhã, sua terra natal] igualmente doutores na indústria, isto é, industriais ilustrados e capazes dos trabalhos de direcção das grandes empresas, e não menos dos trabalhos de execução"⁽⁷⁷⁾.

Como se pode verificar pelo exposto, grande parte das ideias do autor mantém, passado mais de um século, uma profunda actualidade.

Sobre Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894), já tive o ensejo de, noutro lugar, chamar a atenção para o seu relacionamento empenhado com a realidade industrial⁽⁸⁾. Por isso, aqui limitar-me-ei a sintetizar alguns aspectos que reputo mais significativos.

Em primeiro lugar, a vastíssima obra martiniana não permite que se considerem, apenas, os trabalhos da primeira fase — mais teóricos e com certa carga ideológica, face às consequências funestas do desenvolvimento da indústria em relação ao proletariado — ou mesmo o importante *Projecto de fomento rural.*, com vista a detectar o seu pensamento sobre a agricultura e a indústria. Em segundo lugar, além da obra teórica e de investigação desenvolvida por Oliveira Martins, não se deve olvidar a sua intensa e diversificada actividade em prol da indústria, quer como elemento preponderante na organização do *Inquérito Industrial de 1881* — no que se refere à Região

(76) M. Nunes Gerales, *Cathecismo...*, p. 63. Noutro local do mesmo trabalho (p. 153), critica o facto de terem sido criadas, por lei, escolas profissionais em Portalegre, Guimarães e Covilhã e de essa medida ainda não ter sido concretizada, em 1877. Como é sabido, só em 1884, sob o impulso do então Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria — António Augusto de Aguiar —, o Ensino Industrial começa a ter efectiva concretização.

(77) M. Nunes Gerales, *Cathecismo...*, p. 97.

(78) José M. Amado Mendes, "Oliveira Martins e a indústria", comunicação apresentada (06.02.1991) ao Congresso "O Porto de fim de século (1880 - 1910)", promovido pelo Ateneu Comercial do Porto (de 03.01 a 06.02.1991). Encontra-se publicada em *Estudos Aveirenses*, n° 4, 1995, pp. 25-40.

Norte —, quer como dedicado colaborador do ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Antonio Augusto de Aguiar. Com efeito, muito do que foi feito nesses anos 1880, no que toca ao ensino industrial e aos museus industriais⁽⁷⁹⁾, teve a participação e o contributo do autor da *Teoria do Socialismo*.

Em terceiro e último lugar, mais do que classificar o pensamento económico martiniano simplesmente como agrarista —, o qual, como vimos já, terá servido de matriz a uma das importantes correntes agraristas do nosso século —, devemos considerá-lo como eclético e ainda hoje, em grande medida, actualizado.

Comprovam o que se acaba de afirmar, por um lado, a noção clara da inevitável complementaridade agro-industrial e, por outro, o papel relevante que atribuía, no processo de desenvolvimento industrial, ao factor mercado, secundarizando o dos recursos naturais, designadamente das matérias-primas. Sobre o primeiro aspecto referido, afirmava Oliveira Martins, lamentando que tivessem estiolado todas as pequenas indústrias do distrito do Porto: "Como seria, porém, de outro modo, se os nossos famosos pensadores já tinham descoberto *a priori* que não há possibilidade de produção fabril em Portugal — um país essencialmente agrícola! segundo a fórmula consagrada. Como seria, porém, de outro modo, se eles, os professores doutorados, resolveram do alto das suas cadeiras que indústria são *grandes fábricas*, que as pequenas indústrias estão condenadas, sem se lembrarem que as grandes fábricas nascem das pequenas oficinas e que mais de uma metalurgia colossal de hoje era ontem uma loja de ferreiro". E acrescentava o autor, bem à sua maneira: "Ah! infeliz sorte de um país, levado pelas cabeças impertigadas dos herdeiros dos desembargadores! Eu direi agora o que há mais de um século dizia Gusmão: 'O Terreiro do Paço absorve-nos, o Terreiro do Paço suga-nos, o Terreiro do Paço arruína-nos'^80). Acerca da relevância do mercado — face, por exemplo, à existência ou não de matérias-primas em determinado

(79) José M. Amado Mendes, "A industrialização no pensamento económico nos anos 1880", in *Actas do Encontro Ibérico sobre História do Pensamento Económico* (coord. editorial de José Luís Cardoso e António Almodovar), Lisboa, CISEP, 1992, pp. 329-338.

(80) Oliveira Martins, *Política e economia nacional*, Porto, Magalhães & Moniz, Editores, 1885, p. 96.

país — recordava Oliveira Martins: "Será porém tão claramente provado que o facto da ausência de certas matérias-primas entre nós crie em nosso desfavor uma *causa mortis* industrial? Não me parece. Será o algodão indígena na Inglaterra? Será acaso indígena da Inglaterra ou da Alemanha o ferro que ambas mandam buscar à Biscaia para dar fundido o Bessemer? Serão indígenas das nações fabris da Europa as lãs que importam da Austrália, do Rio da Prata?". E, após ter referido ainda outros exemplos, tira a seguinte ilação: "Deitemos pois para longe o argumento famoso. Vale o que vale a inteligência de quem o emprega. O indigenato das indústrias está na *área de consumo que conquistam*, e não no local de proveniência das matérias-primas. Ainda hoje, a ferraria dos arredores do Porto exporta para o Brasil fechaduras fabricadas com ferro inglês". Além do mercado, sublinha também a função extraordinária dos recursos humanos: "Possuímos pois a matéria-prima homem; e nenhuma há nem mais importante crematisticamente, nem mais grave socialmente. Dar que fazer a quem tem braços, dar trabalho a quem tem filhos, fixar no solo da pátria os cidadãos, eis aí, parece-me, o valor e eminente da protecção industrial"⁽⁸¹⁾.

Na transição do século XIX para o século XX, diversos autores se interessaram pela indústria, embora mais pela artesanal que pela fabril. Pertencem a uma plêiade de historiadores da indústria — considerando esta em sentido lato, isto é, como processo de transformação de matérias-primas —, embora nem todos eles possam ser adjectivados de "industrialistas". Entre outros, recordem-se os seguintes nomes: Francisco Marques de Sousa Viterbo, Joaquim António da Fonseca Vasconcelos, João Manuel Esteves Pereira, José Queirós e José Maria de Oliveira Simões ⁽⁸²⁾.

Porém, só com as Guerras Mundiais e período intermédio (1914-1945) e, simultaneamente, com um determinado surto industrializante se fizeram sentir, de forma mais nítida, as carências do País no âmbito do sector secundário. Surgem então, de novo, alguns

⁽⁸¹⁾ Oliveira Martins, *idem*, pp. 101-103.

⁽⁸²⁾ Ver, sobre o assunto, Manuel Fernando Ferreira Rodrigues, *A historiografia portuguesa da indústria, 1892-1931*, Coimbra, 1993 (Diss. de mestrado, em História Contemporânea de Portugal, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).

paladinos da industrialização, de entre os quais me permito destacar: José de Azeredo Perdigão, J. N. Ferreira Dias e seus continuadores.

José Henrique de Azeredo Perdigão (1896-1993), advogado ilustre e, desde 1956 até próximo ao seu falecimento, Presidente do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian⁽⁸³⁾, foi também um adepto da industrialização.

Com efeito — e embora se trate de urna faceta menos conhecida —, publicou em 1916, ao tempo ainda aluno da Faculdade de Direito⁽⁸⁴⁾, um trabalho, interessante e relativamente desenvolvido, intitulado *A indústria em Portugal (Notas para um inquérito)*⁽⁸⁵⁾, no qual, além de procurar fazer uma "radiografia da nossa indústria", ousou refutar, ponto por ponto, os argumentos, não apenas pró-agraristas mas também anti-industrialistas, de Anselmo de Andrade, expostos na obra, já referida, *Portugal económico*.

Fá-lo, sobretudo, no capítulo III (p. 11-14), intitulado "Portugal, país industrial". Azeredo Perdigão inicia assim o referido capítulo: "O problema da industrialização de Portugal não pode deixar de merecer o nosso estudo pela importância que reveste, tanto mais que ela [a industrialização] tem sido rudemente combatida por diversos economistas, destacando-se, entre eles, o Sr. Anselmo de Andrade"⁽⁸⁶⁾. Após efectuar uma longa citação do referido trabalho de Anselmo de Andrade — que classifica de "ilustre sábio economista" —, acrescenta: "Inserimos a argumentação do Sr. Anselmo de Andrade e a ela nos

⁽⁸³⁾ "Azeredo Perdigão (José Henrique)", in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. III, Lisboa. Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia Lda., s.d., p. 908 e *Actualização*, vol. 1, 1981, p. 764; Júlio Cruz (coord.), *1.º Centenário do nascimento de José de Azeredo Perdigão (1896-1996)*, Viseu, AVIS - Associação para o Debate de Ideias e Concretizações Culturais de Viseu / Governo Civil do Distrito de Viseu / Santa Casa da Misericórdia de Viseu, 1996.

⁽⁸⁴⁾ *Idem*, vol. III, p. 908. José de Azeredo Perdigão matriculou-se e frequentou, durante algum tempo, a Faculdade de Direito de Lisboa, mas viria a concluir o curso em Coimbra, com o "exame de Estado da parte complementar de Ciências Jurídicas", efectuado em 15.01.1919, no qual obteve "a classificação de Muito Bom com dezoito valores" (AUC, *Direito, Ciências Jurídicas*), parte complementar - prova oral -1916.

⁽⁸⁵⁾ José Henrique de Azeredo Perdigão, "A indústria em Portugal (Notas para um inquérito)", *Arquivos da Universidade de Lisboa*, vol. III (Com 30 figuras no texto e XXXI estampas), Lisboa, 1916.

⁽⁸⁶⁾ J. H. de Azeredo Perdigão, *idem*, p. 11.

vamos especialmente referir, porque podemos dizer que sintetiza todos os argumentos até hoje apresentados para atacar, sobre o ponto de vista económico, a ideia da industrialização do nosso país. As razões alegadas resumem-se nas seguintes":

1ª Portugal não tem matérias-primas.

2ª Em Portugal não existe carvão de pedra.

3ª Faltam-nos mercados para o consumo.

4ª Não podemos produzir barato e talvez se não possa produzir bem"⁽⁸⁷⁾.

Quanto ao primeiro argumento — falta de matérias-primas —, o autor remete para o capítulo onde trata do assunto (Cap. IV), afirmando apenas: "Dele resultará facilmente a certeza de que o nosso subsolo é dos mais ricos do mundo sob o ponto de vista mineralógico e de que a agricultura e a zootecnia, da mesma forma que a exploração mineira, encontram em Portugal condições admiráveis para o seu desenvolvimento" ⁽⁸⁸⁾. Acerca do segundo, esclarece, no capítulo V, ao focar "o carvão e a hulha branca": "Mas partindo do princípio falso de que o rendimento dos nossos jazigos não era suficiente para garantir o necessário fornecimento de carvão às nossas indústrias, tínhamos ainda o recurso da hulha branca tão prodigamente distribuída por algumas das províncias portuguesas. Muitos dos rios que atravessam o país têm quedas de água, cuja energia latente, uma vez aproveitada, seria bastante para accionar as mais vastas instalações industriais"⁽⁸⁹⁾.

Relativamente ao terceiro argumento — falta de mercado — afirma ser necessário conquistá-lo, "em concorrência com os outros países produtores", além de se tornar igualmente necessário aproveitar o mercado nacional, produzindo muito do que neste é consumido⁽⁹⁰⁾.

Por último, relativamente ao quarto argumento — "não podemos produzir barato e talvez não se possa produzir bem" — o autor sublinha que "hoje não produzimos barato porque à indústria falta todo o género de protecção". Escasseia, ainda, formação profissional e "know-how". Azeredo Perdigão destaca: "Bem, temos

⁽⁸⁷⁾ J. H. de Azeredo Perdigão, *idem*, p. 12.

⁽⁸⁸⁾ J. H. de Azeredo Perdigão, *ibidem*.

⁽⁸⁹⁾ J. H. de Azeredo Perdigão, *idem*, p. 28.

⁽⁹⁰⁾ J. H. de Azeredo Perdigão, *idem*, pp. 12-13.

nós produzido por instinto, porque o operário português tem dotes de inteligência e aptidões naturais que não é fácil negar sem inferir uma manifesta injustiça. Quando o ensino técnico e profissional se divulgar necessariamente, como há tanto tempo o reclamam os industriais e os patriotas, as qualidades da produção nacional não devem sofrer em confronto com as qualidades dos produtos da indústria estrangeira"⁽⁹¹⁾.

E, a concluir a sua refutação dos argumentos do autor do *Portugal económica*, escrevia o então ainda estudante de Direito, José H. de Azeredo Perdigão, com somente vinte anos de idade⁽⁹²⁾: "Outros argumentos haverá que condenam definitivamente a industrialização de Portugal; estes, porém, não subsistem quando a ousadia duma mocidade optimista se debate com o pessimismo científico do Sr. Anselmo de Andrade"⁽⁹³⁾.

Como se verá seguidamente, alguns dos argumentos usados por Azeredo Perdigão virão a ser retomados mais tarde, por alguns dos que se bateram pela industrialização.

De entre todos estes, destacou-se, indubitavelmente, José Nascimento Ferreira Dias Júnior (1900-1966), a quem já se chamou, com inteira justiça, "o patrocinador da indústria moderna em Portugal"⁽⁹⁴⁾.

Ferreira Dias, além da industrialização defendeu a electrificação, que considerava indissociáveis. Como é sabido, ficaram a dever-se-lhe as Leis 2002 (da Electrificação, de 26.12.1944) e 2005 (do Fomento e reorganização das indústrias, de 14.03.1945)⁽⁹⁵⁾.

⁽⁹¹⁾ J. H. de Azeredo Perdigão, *idem*, pp. 13-14.

⁽⁹²⁾ Como J. H. de Azeredo Perdigão nascera em 1896, tinha vinte e não dezoito anos, em 1916, como escreveu Raul Rêgo (Raul Rêgo, "Os meus livros", *Diário de Notícias*, de 09.09.1990). De qualquer modo, como se assinala na citada nota bibliográfica, trata-se de um caso de precocidade pouco vulgar, acrescentando Raul Rêgo: "E também, como o poeta [Guerra Junqueiro, que, aos catorze anos, já escrevia livros], José de Azeredo Perdigão se não ficaria por menino prodígio e marcaria o seu selo na jurisprudência e noutros sectores da nossa actividade" (*ibidem*).

⁽⁹³⁾ J. H. de Azeredo Perdigão, *ob. cit.*, p. 14.

⁽⁹⁴⁾ Rui Ferim Cunha, "Alguns apontamentos sobre a minha vivência com o Sr. Prof. Eng.º Ferreira Dias", *In Memoriam. J. N. Ferreira Dias Jr., 1900-1966*, Lisboa, EDP-Electricidade de Portugal, S.A., 1991.

⁽⁹⁵⁾ *Colecção oficial de Legislação Portuguesa. 1944-1945*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1954, pp. 569-572 e 112-115, respectivamente.

Tal como Ezequiel de Campos — e, como acabamos de verificar, Azeredo Perdigão —, Ferreira Dias constatava que Portugal dispunha de abundante hulha branca — quedas de água —, pelo que havia que produzir, distribuir e consumir, em larga escala, energia hidroeléctrica, aproveitando-se, assim, os abundantes recursos do país, nesse domínio.

No que se refere à industrialização propriamente dita, Ferreira Dias, consciente de que não se tratava apenas de uma questão de índole técnica e económica mas também científica, cultural, educativa e até de mentalidade, lançou mão de diversos tipos de argumentos para provar como aquela, em Portugal, era não só possível e viável como absolutamente imprescindível.

Para o autor, o próprio ensino ministrado contribuía para um certo menosprezo pelas realidades económicas, incluindo, obviamente, a industrialização. Assim, declarava, no prefácio da *Linha de Rumo*⁽⁹⁶⁾ — a sua obra mais notável —, datado de Novembro de 1944: "A consciência nacional tem andado um pouco adormecida ãs coisas económicas, julgo que sem vantagem para a Nação. O ensino da Historia Pátria — ao menos o elementar e o médio — limitado ao conjunto de acontecimentos políticos em que avultam os feitos heroicos de guerras e descobrimentos, não dá noção exacta do que tem sido a nossa vida há 800 anos". E acrescenta o autor, um pouco adiante: desprezam-se, ou antes menosprezam-se "certos aspectos da vida nacional que não são despiciendos na vista de conjunto: os meios de vida da população, a sua actividade económica, a sua riqueza, a sua cultura, a situação do erário público". E interrogava: "Materialismo? Apenas realidades tangíveis, cuja importância vai em crescendo".

E, procurando ir um pouco mais além na sua análise e nas consequências do que acaba de expor, volta a interrogar: "Será intencional esta omissão de certas facetas para dar ao povo a noção de um passado mais belo e grandioso em que só havia prosperidade nas vidas e desinteresse nas intenções? Aceito que seja. Mas o mal está em que a coisa se generaliza com tal força que o manto da

(96) J. N. Ferreira Dias Júnior, *Linha de rumo. Notas de economia portuguesa*, vol I [e único], Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1945.

fantasia que cobre o passado começa a estender-se sobre o presente⁽⁹⁷⁾.

O autor de *Linha de Rumo*, após ter passado em revista vários aspectos da realidade nacional — território, população, energia eléctrica, marinha mercante e moeda —, comenta, em "nota final" a esta parte da dita obra: "A culpa da pobreza que deixo apontada, como se reparte por todos, não é de ninguém. A monarquia, antes e depois da Carta, a república democrática de 1910, a ditadura de 1926, a república corporativa de 1933, nunca tomaram a peito, como parcela do programa político, o problema tecnológico da produção industrial. É possível que ele não tenha mérito para tão grande honra, mas eu confesso imodestamente que na minha bem longa insistência em prol da electrificação e da indústria (e quantos anos me senti no vácuo!) sempre me convenci de que pugnava por alguma coisa de real valor"⁽⁹⁸⁾.

A "luta" de Ferreira Dias foi, de facto, bastante longa — decorreu durante cerca de quatro décadas —, corajosa e persistente. Com efeito, dos anos 1920 aos anos 1960, como engenheiro, professor do Instituto Superior Técnico, sub-secretário de Estado do Comércio e Indústria e Ministro da Economia, no desempenho de diversas outras funções e ainda nos seus escritos sobre a temática⁽⁹⁹⁾, Ferreira Dias aproveitou todos os ensejos para defender o desenvolvimento industrial do País, em cuja viabilidade acreditava sinceramente.

Embora tivesse sido Ferreira Dias o mais consequente e persistente defensor da industrialização, seria injusto não referir os nomes de outros que, à sua maneira, pugnaram também pela mesma causa. Recordem-se, por exemplo: João Perpétuo da Cruz⁽¹⁰⁰⁾, J. A. Ferreira da Costa⁽¹⁰¹⁾, Albano de Sousa, António Magalhães Ramalho, Francisco *L.

(97) J. N. Ferreira Dias Júnior, *idem*, pp. 41-43.

(98) J. N. Ferreira Dias Júnior, *idem*, pp. 153.

(*) Ver, entre outros — e além da citada *Linha de rumo* —, os seguintes: J.N. Ferreira Dias Júnior: "O problema hidroeléctrico", *Técnica*, II série, Ano I, n° 5, 1926, pp. 3-9; "A ideia e a acção na política industrial portuguesa", *Revista da Ordem dos Engenheiros*, ano IV, n° 32, 1946, pp. 468-481.

(i°) Autor de um trabalho sobre *A indústria. Exposição Portuguesa em Sevilha*, 1929.

(101) J. A. Ferreira da Costa, *A indústria nacional. Conferência realizada em Tomar, na "Escola Industrial e Comercial de Jacome Ratton", em 25 de Junho de 1933*, Lisboa, 1933.

Cortês Pinto, Fernando Maria Alberto Seabra, Águedo de Oliveira⁽¹⁰²⁾, Araújo Correia e Daniel Barbosa⁽¹⁰³⁾.

Não deve esquecer-se, porém, que o contexto em que actuaram — da década de 30 à de 60 —, devido à política de pendor agrarista, na primeira fase, e ao condicionamento industrial, ao longo de todo aquele período, não se apresentava especialmente favorável aos industrialistas⁽¹⁰⁴⁾.

3. *Os polemistas: Razões de uma causa*

Como se infere do que acaba de ser exposto, face a uma mesma realidade — Portugal e a sua evolução histórico-económica e social —, foram apresentados diagnósticos diversos, perspectivas diferenciadas e vários tipos de propostas.

Efectivamente, enquanto uns defendiam um agrarismo tradicionalista, tendente à manutenção do "statu quo" — admitindo apenas alguma modernização do ponto de vista tecnológico —, outros propunham reformas agrárias mais ousadas — que abrangessem a própria redistribuição da propriedade —, defendendo outros ainda a industrialização, em si mesma ou de forma articulada com os restantes sectores. Deste modo, como explicar a existência de tão profundas divergências, sobre uma matéria da maior relevância para o País?

Na impossibilidade de, no âmbito deste estudo, dar uma resposta completa à questão formulada, tentar-se-á, pelo menos, apresentar algumas tentativas de explicação, partindo da análise dos seguintes factores: contexto histórico, vivências, formação escolar e experiência profissional e, por último, as opções políticas e ideológicas.

(i^o) Águedo de Oliveira, ao intervir na discussão da Proposta de fomento e reorganização industrial, considerava "a industrialização um meio de sair do estado de crise" (*Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, de 20.01.1945, p. 189).

(103) Sobre alguns dos indivíduos indicados, ver José Maria Brandão de Brito, *A industrialização portuguesa no pós-guerra (1948-1965). O condicionamento industrial*, Lisboa, Pub. Dom Quixote, 1989, pp. 161-163 e 175-177.

(104) Para uma visão sucinta da temática ver João Confraria, "Fundamentos e objectivos da política industrial portuguesa (1931-1986)", *Brotéria*, vol. 138, 1994, pp. 127-136.

3.1. Contexto histórico

Começando pelo século XIX, além de uma espécie de paño de fundo constituído pelas repercussões da Iª revolução industrial no País — o que induzia a equacionar temáticas como a energia a vapor e o carvão, a concorrência e o protecționismo —, devem sublinhar-se: o dismantelar do Antigo Regime e o instaurar do Liberalismo, o Romantismo e a Regeneração.

Acúrcio das Neves, estudioso e conhecedor da realidade industrial portuguesa, criticou severamente o desfasamento que existia entre ela e a de alguns outros países, particularmente no tocante à falta de mecanização entre nós. É certo que, pela mesma altura em que escrevia sobre o assunto (início dos anos 1820), a máquina a vapor fazia o seu aparecimento em Portugal⁽¹⁰⁵⁾, mas a sua difusão, nas décadas imediatas, ter-se-á feito de forma muito lenta.

Por seu turno, Oliveira Marreca, testemunho de um certo desenvolvimento industrial verificado desde a Revolução setembrista (1836) ao final dos anos 1840, refere-se a esse facto já com algum entusiasmo.

De modo diferente reagiam os Românticos, manifestando geralmente alguma desconfiança em relação à industrialização e, sobretudo, quanto à sua divisa essencial, a própria *máquina*. A influência francesa terá sido aqui importante. Sobre o assunto, já foi destacado: "Os românticos franceses considerarão a máquina e a civilização técnica como fontes de corrupção e de aniquilamento do homem e da natureza. Onde há indústria não pode haver poesia — será, em síntese, o pensamento característico dos românticos [...]. Também a condição cristã de muitos destes artistas será responsável pela consideração da máquina como obra satânica que só poderia levar à negação dos valores espirituais e à miséria moral e material"⁽¹⁰⁶⁾. Recorde-se, a propósito, o que já se disse sobre o nosso Feliciano de Castilho. Como se sabe, virá a ser muito diferente a posição de Fernando Pessoa — Álvaro de Campos, sobre a máquina como valor estético.

Já na segunda metade de Oitocentos e na sequência do quadro

⁽¹⁰⁵⁾ José M. Amado Mendes, "A indústria portuguesa no século XIX", *Prelô*, 7, 1985, pp. 23-32.

⁽¹⁰⁶⁾ Maria Luisa Rodrigues de Carvalho Branco, *A máquina e a literatura. As metáforas da máquina em Fernando Pessoa - Álvaro de Campos*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1988, p. 9 (Diss. de Mestrado em Literatura Portuguesa, policopiada).

histórico iniciado com a Regeneração (1851), autores como Fradesso da Silveira, Manuel Nunes Gerales e Oliveira Martins se debatem com outro tipo de problemas, que passam pelos seguintes vectores, subjacentes a um certo desenvolvimento industrializante: inquéritos industriais, ensino técnico, museus industriais, revolução nos transportes e comunicações e intervenção do Estado, em especial através do protecționismo aduaneiro, com vista a atenuar os efeitos da concorrência estrangeira. Como é sabido, uma das últimas medidas pró-industriais de Oliveira Martins foi, precisamente, a pauta de 1892, acentuadamente protecționista.

No século XX — além das alterações no contexto político, na sequência da transição da Monarquia Constitucional para a República (1910), desta para a Ditadura Militar (1926) e para o Estado Novo (1932) —, a situação económica do país apresentava-se muito carenciada de reformas. Curiosa mas compreensivelmente, algumas das propostas de reforma agrária mais arrojadas⁽¹⁰⁷⁾, como a de Ezequiel de Campos — na sequência da de Oliveira Martins — desencadearam um movimento de defesa da situação agrária tradicional, liderado por Pequito Rebelo.

Sob o ponto de vista da indústria, o atraso do País, por um lado, e as potencialidades tecnológicas da 2ª revolução industrial — por exemplo, com a electrificação —, por outro, proporcionaram o contexto adequado à "luta" de Ferreira Dias e outros, em defesa da industrialização.

3.2. *Vivências, formação escolar e experiência profissional*

A predilecção por determinadas temáticas, a escolha de um certo percurso escolar ou o exercício de uma actividade profissional específica, além de já serem o resultado de motivações diversas, vêm também a reflectir-se nas próprias obras e perspectivas dos autores. Por vezes, são estes que recordam certos eventos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para as opções tomadas ou que, pelo menos,

⁽¹⁰⁷⁾ Ver Henrique de Barros, *Sobre o conceito de Reforma Agrária. Conferência lida em 21 de Abril de 1949*, no Salão Nobre do Clube Fenianos Portuense, Porto, Biblioteca Fenianos, 1949.

deixaram algumas "marcas" em quem deles teve determinada vivência. Vejamos alguns exemplos.

Joaquim Henriques Fradesso da Silveira, além de lente da Escola Politécnica de Lisboa, foi vogal da comissão das pautas e do Conselho geral das alfândegas do reino e presidente da associação da indústria fabril de Lisboa. Obviamente que a vivência, os conhecimentos e o saber-fazer acumulados, no exercício das ditas funções, muito terão contribuído para tudo o que fez pela indústria, quer através de estudos, quer de trabalho "de campo" (inquéritos e visitas a diversos países).

O próprio Oliveira Martins contactou directamente com o mundo industrial, na importante colaboração que deu ao *Inquérito Industrial de 1881*, para já não falar nas suas experiências em Espanha (como director de uma exploração mineira) e na direcção dos trabalhos de construção da via férrea do Porto à Póvoa de Varzim.

Quanto a Manuel Nunes Gerales, à sua formação teórica e experiência como docente — pois era doutorado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde também foi lente catedrático e professor de Economia Política, — aliava o facto de ser natural da Covilhã — a então chamada "Manchester portuguesa" — e de estar, ao tempo, ligado à indústria. Ele próprio o declara, ao justificar o ter escrito o *Cathecismo Nacional de Filosofia do Trabalho*, aliás dedicado a outro grande industrial⁽⁰⁸⁾: "filho de industrial, e industrial eu mesmo, prezo os que, à custa de incessante trabalho e porfiadas fadigas, têm levantado aquela terra [Covilhã] à altura do primeiro centro lanifical do país"⁽⁰⁹⁾.

Ezequiel de Campos, por seu lado, resolveu que desejaria ser engenheiro, após ter visitado uma "fábrica" de electricidade. São dele as seguintes palavras: "Apareci, faz hoje [12.12.1944] 70 anos, numa aldeia minhota. O gérmen, a cultura e o pequeno mundo que me cercava, levaram-me uma noite, estudante do liceu, à central eléctrica que resfolgava nas traseiras do Ateneu Comercial do Porto, entre a Rua de Passos Manuel e a de Santo António: *desejei então ser engenheiro*."

ⁱ(08) "Francisco Joaquim da Silva Campos Mello (Visconde da Coriscada). Homenagem aos amigos dos pobres. Aos protectores do trabalho. Aos beneméritos da indústria nacional" (M. Nunes Gerales, *Cathecismo...*, página que se segue à do frontispício).

⁽⁰⁹⁾ M. Nunes Gerales, *Cathecismo...*, p. 21.

Aqui expresso a minha gratidão à memória do senhor José António de Sousa Basto que me ajudou a fazer o curso na antiga Academia Politécnica do Porto"⁽¹¹⁰⁾.

Note-se a marca indelével que a referida visita, à central eléctrica [por certo termoeléctrica] do Porto, deixaria no espírito do jovem Ezequiel de Campos, futuro engenheiro e um dos mais destacados defensores da electrificação, em Portugal.

Pequito Rebelo, por seu lado, associava a condição de lavrador e de aviador, sublinhando: "Eu próprio, lavrador-aviador sou as duas coisas pelo ideal de juntar a flor da civilização à sua raiz, o moderno ao antigo, o progresso material ao espírito tradicional, único modo de evitar a dissolução, a catástrofe social"^(m). Noutro lado, entra mesmo em minudências técnicas, para reforçar o paralelismo entre as duas actividades: "Há grande paralelismo entre o avião e o arado. Ambas as máquinas se podem definir nas suas partes essenciais: um propulsor, movendo planos inclinados, os quais ou exercem determinada acção (arado) ou sofrem determinada reacção (avião). O lavrador move e eleva. O aviador é movido e elevado"⁽¹¹²⁾.

Também Ferreira Dias nos dá o seu testemunho, revelando ter existido um determinado nexos entre as suas vivências e o seu percurso escolar, o qual, por seu turno, foi a antecâmara da actividade profissional. "Filho de um ferroviário, cujo exemplo de amor à profissão procuro seguir, desde os meus 15 anos que me eram familiares a partida do comboio 15, o desdobramento do 51 ou o atraso do 206; e, a partir dessa idade, nasceu em mim uma predilecção que ainda hoje se mantém: ver uma locomotiva. Concluído o liceu, matriculei-me em Engenharia sem um minuto de reflexão ou de dúvida, como se a arte do engenheiro fosse o único saber que merecesse o trabalho de ser estudado"⁽¹¹³⁾. E, noutro local da *Linha de rumo*, acrescenta: "Cedo começamos a encaminhar-nos num azimute

⁽¹¹⁰⁾ Citado por João Conde Veiga, *Ezequiel de Campos*, p. 9 (sublinhado meu). Ezequiel de Campos havia nascido em 12 de Dezembro de 1874 (J. Conde Veiga, *idem*, p. 7).

^(m) José Pequito Rebelo, "Entre aviadores e lavradores", *Em louvor e defesa da terra*, Lisboa, ed. do Autor, 1949.

⁽¹¹²⁾ José Pequito Rebelo, "A agricultura e a aviação", *Em louvor e defesa da terra*, p. 110.

⁽¹¹³⁾ J. N. Ferreira Dias Júnior, *Linha de rumo*, p. 12.

do pensamento como a planta que se orienta levada pelo seu fototropismo. Eu comecei as minhas predileções intelectuais pela locomotiva; outros terão começado pelo código de Justiniano; alguns pelo sorriso esfingico da *Gioconda* ou da *Flor Agreste* de Soares dos Reis"⁽¹¹⁴⁾.

3.3. *Opções políticas e ideológicas*

Se em certos casos, como foi o de Acúrcio das Neves, as opções políticas parecem não ter influenciado decisivamente as perspectivas económicas do autor, estamos perante uma das poucas excepções. O mais comum é, pois, existirem laços de coerência entre aquelas duas vertentes, como se verá seguidamente, através de alguns exemplos.

Oliveira Martins, nos seus escritos da primeira fase e/ou de índole mais teórica e ideológica, revela pouca simpatia pela indústria, pelos danos sociais que esta provoca, ao degradar o modo de vida do artesão, ao tornar-se operário⁽¹¹⁵⁾.

Por seu turno, Pequito Rebelo, grande proprietário agrícola e filho de proprietário⁽¹¹⁶⁾, integralista e nacionalista, repudiava as correntes, doutrinas ou actividades que, de algum modo, pudessem pôr em causa o "mundo" rural que defendia, do qual vivia e a que se dedicava. Aquele tinha por bases essenciais a grande propriedade, a vida social pacata do campo e a estrutura agrária tradicional. A seguinte passagem comprova algo do que fica exposto: "O agricultor vive pior do que o industrial, do que o capitalista e só pode dar aos seus operários salários que nem de longe acompanham os salários industriais. A lavoura tornou-se paradoxalmente como lhe chamava um escritor português, 'a arte de empobrecer alegremente'. Para isto contribuíram o predomínio que na governação do Estado foram ganhando as forças dirigentes da indústria e do capitalismo, ou as massas operárias organizadas pelo socialismo". Defendia que se

⁽¹¹⁴⁾ J. N. Ferreira Dias Júnior, *idem*, p. 28.

⁽¹¹⁵⁾ Ver, por exemplo, Oliveira Martins, *Teoria do Socialismo. Evolução política e económica das sociedades na Europa*. Prefácio de António Sérgio, Lisboa, Guimarães & C^a Editores 1974, (1^a ed., 1872), pp. 203-214 e 274-275.

⁽¹¹⁶⁾ José Pequito Rebelo era filho de José Caetano Rebelo, proprietário, natural da freguesia de São Paio d'Arcos, concelho de Anadia, e de Maria Adriana Pequito Seixas Rebelo (AUC, *Certidão de idade*, passada pelo pároco de Gavião, em 3 de Setembro de 1908).

tornava necessário transmitir ao lavrador a consciência de que ele é não só "o alimentador da humanidade, mas também o realizador do seu tipo fundamental"¹¹⁷).

4. *Agricultura e/ou Indústria? Que Desenvolvimento?*

Na sequência do que fica exposto — acerca das várias perspectivas sobre o desenvolvimento económico, sobretudo agrário e industrial, e de algumas das suas motivações —, seria do maior interesse analisar, em pormenor, em que medida é que aquelas se repercutiram nas políticas económicas incrementadas. Dada a impossibilidade de levar a cabo, neste lugar, essa tarefa gigantesca, apenas se sugerem algumas pistas para posterior investigação.

Enquanto não pudermos dispor de desenvolvidas biografias sobre os autores ou "famílias" de autores focados, seria conveniente averiguar-se: o prestígio de que gozavam os referidos autores, a nível da comunidade científica mas também da classe política dirigente; a difusão que tiveram as suas obras; as diversas formas pelas quais o pensamento sobre as temáticas em causa terá influenciado os agentes da política económica e do próprio desenvolvimento, incluindo os empresários.

Por exemplo, como foi esclarecido por Jaime Reis, "é em boa parte ao século XIX que se devem ir buscar as raízes do atraso económico português e não a tempos mais recentes"⁽¹¹⁸⁾. Sendo assim, que papel atribuir à formação — ou à sua ausência —, em matéria de índole económica e, bem assim, às obras de determinados autores — Castilho, Herculano, Júlio Dinis, Eça de Queirós, Oliveira Martins e outros —, cuja função pedagógica, não só na altura como posteriormente, não terá sido despicienda?

Considerando o período mais recente, está ainda por investigar a função — presumivelmente importante — desempenhada por um grupo de técnicos especializados — o dos *engenheiros* —, com crescente participação, em vários domínios, ao longo do nosso século. Recordo apenas alguns nomes: Ezequiel de Campos, J. N. Ferreira Dias, Araújo

⁽¹¹⁷⁾ José Pequito Rebelo, *A terra portuguesa*, pp. 36-37.

⁽¹¹⁸⁾ Jaime Reis, *O atraso económico português. 1850-1930*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993, p. 6.

Correia e Daniel Barbosa. Conviria averiguar, por exemplo: qual a origem social dos engenheiros?⁽¹¹⁹⁾ Que tipo de formação lhes foi ministrada, em Portugal ou no estrangeiro? Que participação tiveram a nível profissional — como técnicos e/ou gestores — e políticos, em postos de governação?

Por último, mas não menos importante, uma certa mentalidade, em voga até há pouco — e ainda não desaparecida totalmente — tem levado a secundarizar a ciência, a tecnologia e a própria industrialização. Já se indicaram alguns exemplos, saídos da pena de um Anselmo de Andrade — que, além de Quirino de Jesus, mais geralmente mencionado, também terá influenciado Oliveira Salazar —, Pequito Rebelo e outros. Mesmo Raul Lino, em 1933, ao referir-se ao betão (que denominava "cimento"), considerava-o "matéria barata de carácter industrial"⁽¹²⁰⁾.

Outras vezes, embora de forma menos explícita, revelava-se o mesmo menosprezo pela indústria, ao enaltecere-se a agricultura. Assim fazia Oliveira Salazar, em meados dos anos 60: "A faina agrícola, sujeita à torreira do sol ou à impertinência das chuvas, é acima de tudo uma vocação de pobreza; mas o seu orgulho vem de que só ela alimenta o homem e lhe permite viver". E prossegue: "Quando se governa um país, e se nos depara os mercados difíceis, os mares impraticáveis, as bocas famintas sem saber de onde há-de vir um bocado de pão, a terra pobre, *a terra humilde sobe então à culminância dos heroísmos desconhecidos e dos valores inestimáveis*"⁽¹²¹⁾.

Quando um dirigente, como Salazar, com a responsabilidade que tinha, se exprimia assim ainda há três décadas, não será de admitir

(119) Cf., para o caso francês, a obra de John Hubbel Weiss, *The making of technological man. The social origins of French Engineering Education*, Cambridge Massachusetts-Londres, The MIT Press, 1982. Relativamente a Espanha ver Antonio-Miguel Bernal, "Ingenieros-empresarios en el desarrollo del sector eléctrico español: Mengemor, 1904-1951", *Historia Industrial* [Barcelona], 3, 1993, pp. 93-126. Para Portugal, ver J. M. Brandão de Brito, "Os engenheiros e o pensamento económico do Estado Novo", *Contribuições para a história do pensamento económico em Portugal* (org. e pref. de José Luís Cardoso, Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1988, pp. 209-234).

(120) Carlos Antero Ferreira, *Betão. A idade da descoberta*, Lisboa, Passado Presente, 1989, p. 124.

(121) Oliveira Salazar, "Erros e fracassos da era política", *Discursos...*, vol. VI, p. 372 (sublinhado meu).

ter tal perspectiva condicionado o desenvolvimento integrado e harmónico, de modo a que aos diversos sectores fosse dedicada atenção análoga? Aliás isso mesmo era sugerido, em 1957, aquando do II Congresso da Indústria Portuguesa: "Esta carência de 'mentalidade industrial', com a multiplicidade de aspectos que se exprimem por essas duas palavras, desde a formação técnica até aos ideais colectivos e singulares de uma sociedade, a constituir o maior impedimento ao progresso industrial português?"⁽¹²²⁾. Será que ainda faz hoje sentido formular esta questão? E se, em vez de "mentalidade industrial", falássemos de *cultura científica* e *tecnológica*, nas suas relações com o desenvolvimento socioeconómico? Não será também devido a essa deficiente cultura que uma parte considerável do nosso património industrial — algum já integrado em museus — tem sido tão pouco cuidada?

Espera-se, contudo, que a dita mentalidade se vá alterando, do que já há alguns indícios reconfortantes, devido ao facto de um número crescente de pessoas, instituições e associações se revelarem receptivas a novas propostas que ajudem a compreender as transformações científicas, tecnológicas e industriais, cada vez mais frequentes e rápidas neste ocaso do século XX.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

À — *Fontes Manuscritas, Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC)*

ACTOS; Livro n° 24, (fls 23v e 133v); Livro n° 27, (fls 80 e 158) e Livro n° 41, (fls 15, 86, 191 e 225)..

ACTOS GRANDES, n° 4, (fl. 123v.).

CARTA DE 1859, cx n° 148.

CERTIDÃO DE IDADE IV.

CERTIDÕES DE IDADE -1834/1900, n° 387-387v.

DIREITO. CIÊNCIAS JURÍDICAS. Parte complementar - prova oral - 1916^a.

⁽¹²²⁾ Francisco Pereira de Moura *et al*, *II Congresso da Indústria Portuguesa. Estudos sobre a indústria portuguesa*, Lisboa, CIP, 1957.

B — *Estudos e obras de consulta*

- ANDRADE, Anselmo - *Economia nacional e comparada. A terra*, Lisboa, Manoel Gomes-Editor, 1898.
- ANDRADE, Anselmo - *Evolução da moeda*, Coimbra, Coimbra Editora, 1923.
- ANDRADE, Anselmo - *Portugal económico. Theorias e factos*, t. 1º [e único]: *Economia descritiva*, nova edição, Coimbra, F. França Amado, 1918.
- AZEVEDO, J. Lúcio de - *Épocas de Portugal económico. Esboço de historia*, 3ª ed. Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1973 (1ª ed. 1929).
- BAIROCH, Paul - "Niveaux de développement économique de 1810 à 1910", *Annales ESC*, 20º ano, nº 6, 1965, pp. 1114-1115.
- BAIROCH, Paul - *Revolución industrial y sub-desarrollo*, México, Siglo XXI Editores, 1980.
- BARROS, Henrique de - *Sobre o conceito de reforma agrária. Conferência lida em 21 de Abril de 1914, no Salão Nobre do Clube Fenianos Portuenses*, Porto, Biblioteca Fenianos, 1949.
- BERNAL, Antonio Miguel - "Ingenieros - empresarios en el desarrollo del sector eléctrico español: Mengerio, 1904-1951", *Historia Industrial*, 3, 1993, pp. 93-126.
- BRANCO, Maria Luisa Rodrigues de Carvalho - *A máquina e a literatura. As metáforas da máquina em Fernando Pessoa - Álvaro de Campos*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1988 (Diss. de mestrado em Literatura Portuguesa, policopiado).
- BRITO, J. M. Brandão de - "Os engenheiros e o pensamento económico do Estado Novo", *Contribuições para a Historia do Pensamento Económico em Portugal* (org. e pref. de José Luís Cardoso), Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1988, pp. 209-234.
- BRITO, J. M. Brandão de - *Industrialização portuguesa no pós-guerra (1948-1965). O condicionamento industrial*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989.
- CAETANO, Marcelo - "Andrade, Anselmo de", *Verbo. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 2º, Lisboa, Ed. Verbo, 1964, Col. 190.
- CALDAS, Eugénio de Castro - *Agricultura portuguesa no limiar da reforma agrária*, Oeiras, Fundação Calouste Gulbenkian/Instituto Gulbenkian de Ciência/Centro de Estudos de Economia Agrária, 1978.

- CALDAS, Eugénio de Castro - "Problemas da agricultura na política de fomento nacional", *Técnica*, ano XXVI, n° 222, 1952.
- CAMPOS, Ezequiel de - *A conservação da riqueza nacional*, Porto, ed. do autor, 1913.
- CAMPOS, Ezequiel de - *Lázaro. Subsídios para a política portuguesa*, Tomo II, Porto, Emp. Ind. Gráfica do Porto, 1928.
- CAMPOS, Ezequiel de - *Política*, Porto, Ed. de Maranus, 1924.
- CAMPOS, Ezequiel de - *Problemas de hoje. No princípio da 2ª metade do século XX*, Porto, Lello e Irmão Editores, 1952.
- CARVALHO, Joaquim Barradas de - *As ideias políticas e sociais de Alexandre Herculano*, 2ª ed., corrigida e aumentada, Lisboa, Seara Nova, 1971.
- CASTILHO, A. Feliciano de - *Obras completas. Felicidade pela agricultura*, 2ª ed. Vols I e II, Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1903.
- CASTRO, Mário de - *Alentejo, terra de promessa. Linha geral de um pensamento agrário*, Lisboa, 1933 (Este trabalho, antes de ser publicado em livro saiu na *Seara Nova* entre os n°s 232, de 1 de Janeiro de 1931 e 333, de 9 de Março de 1933).
- Colecção Oficial de Legislação Portuguesa 1944-1945*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1954, pp. 569-572 e 112-115, respectivamente.
- CONFRARIA, João - "Fundamentos e objectivos da política industrial portuguesa (1931-1986)", *Brotéria*, vol. 138, 1994, pp. 127-136.
- COSTA, J. A. Ferreira da - *A indústria nacional. (Conferência realizada em Tomar, na "Escola Industrial e Comercial de Jacome Ratton", em 25 de Junho de 1933)*, Lisboa, Of. do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, 1933.
- CRUZ, João Perpétuo da - *A indústria. Exposição Portuguesa em Sevilha*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1929.
- DIAS JÚNIOR, J. N. Ferreira - "A ideia e a acção na política industrial portuguesa", *Revista da Ordem dos Engenheiros*, ano IV, n° 32, 1964, pp. 468-481.
- DIAS JÚNIOR, J. N. Ferreira - *Linha de Rumo. Notas de Economia Portuguesa*, vol. 1 [e único], Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1945.
- DIAS JÚNIOR, J. N. Ferreira - "O problema hidroeléctrico", *Técnica*, II série, ano I, n° 5, 1926, pp. 3-9.
- FERREIRA, Carlos Antero - *Betão. A idade da descoberta*, Lisboa, Passado Presente, 1989.

- FONSECA, Helder Adegar Teixeira Dias - *Economia e atitudes económicas no Alentejo oitocentista*, vols. I e II, Évora, Universidade de Évora, 1922. (Diss. de doutoramento em História Económica e Social Contemporânea, apresentada à Universidade de Évora, policopiada); posteriormente publicada, num só volume, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996.
- FRANÇA, José-Augusto - *O Romantismo em Portugal. Estudo de factos sócio-culturais*, Lisboa, Livros Horizonte, 1993.
- GERALDES, Manuel Nunes - *Cathecismo Nacional de filosofia do trabalho*, vol. I, Lisboa, Lallemand Frères Typ., Lisboa, 1877.
- GERALDES, Manuel Nunes - *A Covilhã no Centenário*, 2ª ed., Lisboa, Lallemand Frères Typ., Lisboa, 1880.
- GERALDES, Manuel Nunes - *A indústria em Portugal, a propósito do Tratado de Commercio com a França*, Porto, Typographia Universal de Nogueira e Caceres, 1881.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. II, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, p. 529, "Andrade, Anselmo José d'Assis e"; vol. III, p. 908 e *Actualização*, vol. I, 1981, p. 764, "Azeredo Perdigão, (José Henriques de)"; Vols XXI e XX (da *Actualização*), 1978-1987, respectivamente, p. 68 e 186, "Pequito Rebello (José Adriano)".
- GUIMARÃES, João Antunes - "Política rural na situação '28 de Maio", *Primeiro Congresso da União Nacional. Discursos, teses e comunicações. Lisboa, 26 a 28 de 1934*, vol. IV, Lisboa, Ed. da União Nacional, 1935.
- HERCULANO, Alexandre - *Obras completas. O pároco de aldeia. O galego. Vida, ditos e feitos de Lázaro Tomé*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1969.
- HERCULANO, Alexandre - *Opúsculos*, vols. I e II (org., introd. e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia), Lisboa, Ed. Presença, 1982, 1983.
- LOUREIRO, Fernando Pinto - *José Acúrsio das Neves, precursor do industrialismo em Portugal*, Coimbra, Coimbra Editores, 1954.
- MARRERA, Oliveira - "Máquina" (In *O Panorama*, 1842), *Obra económica* (Recolha, anotações e revisão de texto de Cecília Barreira), vols. I e II, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa/Instituto Português de Ensino à Distância, 1983, pp. 205-229.
- MARTINS, Oliveira - *Obras completas. Fomento rural e emigração*, Lisboa, Guimarães Editores, 1956.

- MARTINS, Oliveira - *Política e Economia Nacional*, Porto, Magalhães e Moniz Editores, 1885.
- MARTINS, Oliveira - *Teoria do socialismo. Evolução política e económica das sociedades na Europa*, Prefácio de António Sérgio, Lisboa, Guimarães e C^a Editores, 1974 (1^a ed. 1872).
- Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Eísboa*, 5 tomos, reed. Lisboa, Banco de Portugal, 1990-1991 (pref. de Jacinto Nunes, introdução e dir. de edição de José Luís Cardoso).
- Memorian (In) J. N. Ferreira Dias Jr. 1900-1966*, Lisboa, EDP-Electricidade de Portugal, S.A., 1911.
- MENDES, José M. Amado - "A indústria portuguesa no séc. XIX", *Prelo*, 7, 1985, pp. 23-32.
- MENDES, José M. Amado - "A industrialização no pensamento económico em Portugal nos anos 1880", in *Actas do Encontro Ibérico sobre História do Pensamento Económico* (coordenação editorial de José Luís Cardoso e António Almodovar), Lisboa, CISEP, 1992, pp. 329-338.
- MENDES, José M. Amado - "Oliveira Martins e a indústria", comunicação apresentada (06.02.1191), ao Congresso "O Porto de fim de século (1880-1910)", promovido pelo Ateneu Comercial do Porto (de 03.01 a 06.02.1991). Encontra-se publicada em *Estudos Aveirenses*, n^o 4, 1995, pp. 25-40.
- MOURA, Francisco Pereira de *et al.* - *II Congresso da Indústria Portuguesa. Estudos sobre a Indústria Portuguesa*, Lisboa, Oficinas Gráficas de Bertrand (Irmãos), 1957.
- NEVES, José Acúrsio das - *Obras completas* (com estudos introdutórios de António Almodovar e Armando Castro), vols. 3 e 4, Porto, Ed. Afrontamento, s. d.
- PAIS, José Machado *et al.* — "Elementos para a história do fascismo nos campos: a "campanha do trigo": 1928-1938", *Análise Social*, vol. XII, n^o 46, 2^o semestre de 1976, pp. 400-472 (I); *Análise Social* vol. XIV, n^o 54, 2^o semestre de 1978, pp. 321-389 (II).
- PERDIGÃO, José Henrique de Azeredo - *A indústria em Portugal. Notas para um inquérito*, Arquivos da Universidade de Lisboa, vol. III, 1916.
- PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme (dir.) - *Portugal. Dicionário histórico...*, vol. III, 1967; vol. IV, Lisboa, João Romano Torres e C^a Editores, 1909, p. 872, "(António de Oliveira)"; Vol. VI, 1912, pp. 948-950, "Silveira, Joaquim Henriques Fradesso da".

- Política (A) agrícola de Oliveira Martins*, Lisboa, Ministerio da Agricultura, Pescas e Alimentação /Secretaria-Geral, 1987.
- "Proposta de lei de fomento e reorganização industrial", *Diário das Sessões*, de 27.01.1945, p. 353 e de 20.01.1945, p. 189.
- REBELO, José Pequito - *Agricultura e técnica. Conferência pronunciada no Seminário de Santa Joana, em Aveiro, sob a presidência dos senhores Bispos de Porto e Aveiro, em 20 de Julho de 1958*, Lisboa, Comp. Nacional Editora, 1959.
- REBELO, José Pequito - "Aspectos económicos", *A Questão Ibérica*, Lisboa, 1916, pp. 151,166 e 188.
- REBELO, José Pequito - *As falsas ideias claras em economia agrária*, 3ª ed., Lisboa, ed. do autor, 1979.
- REBELO, José Pequito - *Em louvor e defesa da terra*, Lisboa, ed. do autor, 1949.
- REBELO, José Pequito - *A terra portuguesa. Esboço de uma doutrina agrária*, Lisboa, Otosgráfica, 1929.
- REGO, Raul - "Os meus livros", *Diário de Notícias*, de 09.09.1990.
- REIS, Jaime - *O atraso económico português em perspectiva histórica: estudos sobre a Economia Portuguesa na segunda metade do século XIX, 1850-1930*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993.
- RIBEIRO, Maria Manuela de Bastos Tavares - *Portugal e a Revolução de 1848*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1987 (Diss. de Doutoramento, policopiada).
- RODRIGUES, Manuel Fernando Ferreira - *A historiografia portuguesa da indústria, 1892-1931*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993 (Diss. de mestrado em História Contemporânea de Portugal, policopiado).
- ROSAS, Fernando - "As ideias sobre desenvolvimento económico nos anos 30: Quirino de Jesus e Ezequiel de Campos", *Contribuições para a história do pensamento económico em Portugal* (org. e prefácio de José Luís Cardoso), Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1988, pp. 185-208.
- ROSAS, Fernando - "O pensamento reformista agrário no século XIX em Portugal: elementos para o seu estudo", *Actas do Encontro Ibérico sobre a História do pensamento económico* (coord, editorial de José Luís Cardoso e António Almodovar), Lisboa, CISEP, 1992, pp. 357-372.

- SALAZAR, Oliveira - *Alguns aspectos da crise das subsistências*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918. Sep. do *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. IV.
- SALAZAR, Oliveira - "Erros e fracassos da era política", *Discursos e notas políticas*, vol. VI: *1959-1966*, Coimbra, Coimbra Editora, Lda, 1967, pp. 351-378.
- SARAIVA, António José - *História da Literatura Portuguesa* (vol. VIII da História Ilustrada das Grandes Literaturas), vol. I: *Das origens ao Romantismo*, Lisboa, Ed. Estúdios Cor, 1963, p. 168.
- SERRA, João B. - "Em defesa dos interesses industriais - António de Oliveira Marreca (1848-1849)", *O Século XIX em Portugal. Comunicações ao colóquio organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais (Novembro de 1979)*, coord. de Jaime Reis *et al.*, Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, s. d., pp. 53-59.
- SERRAO, Joel (dir) - "Martins, Joaquim Pedro de Oliveira", *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1965, p. 963.
- "Sociedade Promotora da Indústria Nacional. Relatório do Jurado" (Lisboa, Tipografia da *Revista Universal Lisbonense*, 1849).
- VEIGA, João Conde - *Ezequiel de Campos. O homem e a obra*, Porto, Lello & Irmãos-Editores, 1993.
- Verbo. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. XV, Lisboa, Editorial Verbo, 1973, col. 1860, "Pequito Rebelo (José Adriano)".
- WEISS, John Hubbel - *The making of technological man. The social origins of French Engineering Education*, Cambridge, Massachusetts-Londres, The MIT Press, 1982.